

|                                |          |
|--------------------------------|----------|
| Veículo: Site Correio 24 horas | Caderno: |
| Data: 09/08/2020               | Página:  |



## Empresa de fachada e nota fiscal falsa: carreta é apreendida em Vitória da Conquista

Automóvel transportava 45.000 litros de álcool; produto não foi tributado

Da Redaçãoredacao@correio24horas.com.br

09.08.2020, 09:43:00

Atualizado: 09.08.2020, 09:44:02



Empresa de fachada e nota fiscal falsa: carreta é apreendida em Vitória da Conquista

Uma carreta foi flagrada transportante 45 mil litros de álcool de forma irregular. O material estava registrado em uma nota fiscal fraudada e pertencia a uma empresa de fachada.

De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o veículo foi parado por agentes em Vitória da Conquista, em frente à unidade operacional da PRF, que fica no KM 830 da BR-116.

Durante a fiscalização, que faz parte de uma rotina de combate à criminalidade, o motorista apresentou a nota fiscal, que tinha indícios de fraude. Ao consultar o sistema, os policiais confirmaram que não havia recolhimento de tributo e que foi utilizada uma empresa laranja para emissão do documento. A firma, inclusive, estava com o registro bloqueado na Receita Estadual.

Diante da confirmação, motorista e veículos foram encaminhados para o Posto de Controle Fiscal da **Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**, em Conquista, que ficará responsável por apurar as irregularidades e inconsistências tributárias.

|                  |          |
|------------------|----------|
| Veículo: Correio | Caderno: |
| Data: 10/08/2020 | Página:  |

# Correio\*

## APREENSÃO

# 12,3 MIL

pares de tênis falsificados e que seriam comercializados em Feira de Santana foram apreendidos no sábado (8) em Vitória da Conquista, no sudoeste baiano. Segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o material estava em uma carreta Volvo/FH 440, conduzida por um homem de 39 anos, que acabou conduzido para a delegacia. A mercadoria transportada não possuía nota fiscal

|                     |       |
|---------------------|-------|
| Veículo: Bocão News | Bahia |
| Data: 09/08/20      |       |



## Com nota fiscal fraudada, carreta de combustível é apreendida na BR-116; veículo transportava álcool hidratado

Abordagem aconteceu em Vitória da Conquista. Motorista foi levado para o Posto de Controle Fiscal da SEFAZ-BA.

Por G1 BA

09/08/2020 13h22 Atualizado há 21 horas



Com nota fiscal fraudada, carreta de combustível é apreendida na BR-116 — Foto: Divulgação/PRF

Uma carreta que transportava álcool etílico hidratado foi apreendida com nota discal fraudada durante uma fiscalização na BR-116, em Vitória da Conquista. O veículo estava acoplado a um semirreboque (tanque).

Segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a abordagem aconteceu no Km 830, na noite de sexta-feira (7). Durante a vistoria, o documento fiscal apresentado indicava indícios de não recolhimento de tributo.

De acordo com a PRF, ao realizarem consultas nos sistemas, os agentes descobriram que foi utilizada uma empresa de "fachada" para emissão do documento e que estava com o registro bloqueado na Receita Estadual. O motorista, que não foi identificado, os veículos e as documentações foram encaminhados para o Posto de Controle Fiscal da **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ-BA)**, em Vitória da Conquista, responsável por apurar as irregularidades e inconsistências tributárias.

|                              |                   |
|------------------------------|-------------------|
| Veículo: Site Bahia Notícias | Online            |
| Data: 09/08/2020             | Caderno: Notícias |



Domingo, 09 de Agosto de 2020 - 16:20

## ***Vitória da Conquista: PRF apreende carreta de combustível com nota fiscal fraudada***



Uma carreta que transportava álcool hidratado com nota fiscal fraudada foi apreendida pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) na sexta-feira (7). A abordagem aconteceu em frente a unidade operacional da PRF, no Km 830 da BR 116, em Vitória da Conquista.

Conforme divulgado pela PRF, em fiscalização de combate à criminalidade, policiais abordaram uma carreta acoplada a um semirreboque. Durante a vistoria, constataram que estava sendo transportado álcool etílico hidratado pelas nota fiscal apresentada pelo motorista.

O documento fiscal indicava indícios de não recolhimento de tributo. Ao realizarem consultas nos sistemas, os agentes federais descobriram que foi utilizada uma empresa de fachada para emissão do documento e que estava com o registro bloqueado na Receita Estadual.

O condutor, os veículos e as documentações foram encaminhados para o Posto de Controle **Fiscal da Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**, localizado em Vitória da Conquista, responsável por apurar as irregularidades e inconsistências tributárias.

|                                |                          |
|--------------------------------|--------------------------|
| <b>Veículo: Política Livre</b> |                          |
| <b>Data: 08 a 10.08.2020</b>   | <b>Caderno: Economia</b> |



7 de agosto de 2020 | 17:15

## Prorrogação e parcelamento de impostos sem juros são propostas de deputados ao governo estadual

### BAHIA

Implantar na Bahia um programa de estímulo à retomada do crescimento econômico com o fracionamento de débitos tributários estaduais é o ponto principal da Indicação protocolada nesta sexta-feira (7) na Assembleia Legislativa da Bahia pelos deputados estaduais Eduardo Salles e Ivana Bastos.

Os parlamentares alegam o fracionamento dos tributos é fundamental para as empresas equacionarem os débitos e conseguirem manter milhares de empregos neste momento de retomada da economia.

“Sei que o momento é de grave crise na arrecadação e os esforços que o governador Rui Costa tem feito para manter o Estado no trilho são imensos. Mas acredito que essa medida é necessária para mantermos empresas abertas e recuperarmos milhares de empregos na Bahia”, justifica Eduardo Salles.

O texto propõe um desconto de 10% no valor principal da dívida com vencimento até 29 de fevereiro e 100% de abatimento em multas e juros. Quem optar por parcelamento em 12 vezes o desconto na dívida principal cai para 10%, mas segue o benefício de 100% de desconto em juros e multas. Quando a quantidade de parcela for

maior que 12 e até 48 vezes, o desconto será de 90% nas multas e juros.

Para quem contraiu débito tributário estadual entre março e julho de 2020, a proposta é de desconto de 20% da dívida principal e 100% nas multas e juros. Caso a divisão seja em 12 parcelas o desconto na dívida principal será de 10% e 100% de abate em juros e multas. Para parcelamento entre 13 e até 48 vezes, o desconto fica em 90% nos juros e multas, reajustando o valor principal pela SELIC.

A indicação permite também ao governo estadual o oferecimento de outros benefícios às empresas optantes do SIMPLES, ME (Microempresa) e EPP (Empresa de Pequeno Porte), conforme conveniência da SEFAZ (Secretaria Estadual da Fazenda).

“É um programa de estímulo para permitir um fôlego às empresas, que tiveram enormes prejuízos causados pela pandemia do novo coronavírus. Lojistas, por exemplo, ficaram com seus negócios fechados por mais de 100 dias e não têm condições de quitar seus débitos tributários sem esse parcelamento”, defende Eduardo Salles.

|                 |       |
|-----------------|-------|
| Veículo: Metro1 | Bahia |
| Data: 10/08/20  |       |



## Bahia

### Secretário diz que governo economizou R\$ 156 milhões com tramitação eletrônica de processos

*Chefe da pasta de Administração avalia benefícios do SAC Digital e implementação do SEI Bahia*



Foto : Carol Garcia/GOVBA

Por **Matheus Simoni** no dia 10 de Agosto de 2020 · 09:21

O secretário estadual de Administração, Edelvino Góes, detalhou os benefícios do SAC Digital para a população em meio à pandemia de coronavírus. Em entrevista a Mário Kertész hoje (10), durante o Jornal da Bahia no Ar da **Rádio MetrÓpole**, ele declarou que o processo de digitalização do órgão, iniciado em junho de 2018 com oito serviços plenamente digitais, já conta com 32 serviços.

"É um conceito semelhante ao que foi o SAC em 1995, que foi uma renovação radical no serviço público. É a lógica de ter, no mesmo espaço, uma central de serviços públicos, numa espécie de shopping de serviços públicos. Estamos trazendo esse conceito para serviços digitais. É uma plataforma para disponibilizar serviços digitais", disse o secretário.

Questionado por MK, o secretário também falou do sistema eletrônico para tramitação dos processos no âmbito estadual. "A gente trabalhou fortemente essa agenda, conseguimos a cessão de um sistema do TRF-4 e depois o próprio governo federal também adotou esse sistema como base do processo eletrônico, que tem vários órgãos da união, como universidades, CADE, Polícia Federal e Ministério da Justiça", disse o secretário.

Nos últimos 40 meses, o governo calcula ter economizado mais de R\$ 156 milhões com a implantação do SEI Bahia. "Cada processo desse eletrônico economiza impressão, folha de papel, capa de process, par de colchetes, transporte e pode multiplicar um valor de R\$ 30 por processo. Se eu fosse adquirir um sistema desse no mercado daria R\$ 40 milhões e o estado conseguiu por cessão gratuita", afirmou.



[CAPA \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA\)](https://www.bahiaja.com.br/capa) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS\)](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias)

[MIUDINHAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) [COLUNISTAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS\)](https://www.bahiaja.com.br/colunistas)

[ARTIGOS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS\)](https://www.bahiaja.com.br/artigos) [FALE CONOSCO \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO\)](https://www.bahiaja.com.br/faleconosco)

segunda-feira, 10 de agosto de 2020

## ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

### Governo economiza R\$ 156 milhões com tramitação eletrônica de processo

Sistema informatizado permitiu ao Estado eliminar custos com confecção de processos e o armazenamento de documentos em arquivos

Ascom Saeb , Salvador | 06/08/2020 às 17:02

Nos últimos 40 meses, o governo calcula ter economizado mais de R\$ 156 milhões com a implantação do SEI Bahia, o sistema informatizado de gestão de processos e documentos administrativos digitais do Poder Executivo Estadual. A estimativa é resultado de um estudo que demonstrou que a tramitação eletrônica está permitindo ao Estado eliminar gastos não apenas com a confecção dos processos físicos mas também com o armazenamento de documentos oficiais, entre outros custos.

Cedido ao governo baiano pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), o SEI começou a ser implantado em março de 2017. Desde então, os servidores já geraram mais de 1,6 milhão de processos por meio do sistema informatizado. Levando em conta o tamanho médio dos processos, a estimativa é de que o Estado tenha deixado de consumir no período mais de 241 milhões de folhas de papel.

"Do ponto de vista ambiental, este número significa que preservamos 12 mil árvores; já do ponto de vista financeiro, deixamos de gastar cerca de R\$ 48,2 milhões, não apenas com papel e impressão, mas com os diversos itens que compõem um processo físico, como capa, grampos e etiqueta", informa o coordenador do SEI Bahia, Marcio Souza, ao explicar que este cálculo leva em conta também os custos com transporte, para tramitação dos processos de uma unidade para outra.

Para além desses valores, o superintendente de Gestão e Inovação Anderson Prazeres chama atenção ainda para os ganhos provenientes do fato de que os documentos eletrônicos não precisam ser armazenados no Arquivo Público do Estado, como acontece com os documentos em papel. "Se os 1,6 milhão de processos gerados no SEI estivessem em papel, o Estado teria que desembolsar neste período mais R\$ 68 milhões, para bancar digitalização dos documentos, aquisição de caixas de armazenagem e serviços de indexação, além de todos os recursos necessários para viabilizar o funcionamento do prédio, como IPTU, energia, água, manutenção e conservação predial", explica Anderson.

Para completar, o superintendente chama atenção ainda para a economia proporcionada pelo fato do governo ter optado pela implantação de um sistema cedido gratuitamente pelo TRF4. "Nossa estimativa é de que a aquisição de um sistema similar teria um custo médio para o Estado de R\$ 40 milhões", informa.



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?>

[idEditoria=1&idNoticia=127510](https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=1&idNoticia=127510))

### MAIS NOTÍCIAS



(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/08/08/espetto-carioca-reabre-no-rio-vermelho-com-espaco-ao-ar-livre,127546,0.html>)

**ESPETTO CARIOCA REABRE NO RIO VERMELHO COM ESPAÇO AO AR LIVRE**

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/08/08/espetto-carioca-reabre-no-rio-vermelho-com-espaco-ao-ar-livre,127546,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/08/08/espetto-carioca-reabre-no-rio-vermelho-com-espaco-ao-ar-livre,127546,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/08/08/espetto-carioca-reabre-no-rio-vermelho-com-espaco-ao-ar-livre,127546,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/08/08/espetto-carioca-reabre-no-rio-vermelho-com-espaco-ao-ar-livre,127546,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/08/07/braskem-doa-mais-de-27-toneladas-alimentos-a-catadores-reciclagens,127533,0.html>)

**BRASKEM DOA MAIS DE 27 TONELADAS ALIMENTOS A CATADORES DE RECICLAGENS**

|                                |                          |
|--------------------------------|--------------------------|
| <b>Veículo: Política Livre</b> |                          |
| <b>Data: 08 a 10.08.2020</b>   | <b>Caderno: Economia</b> |



07 de agosto de 2020 | 14:22

## **Governo do Estado investe R\$ 5 milhões para entrega de 74 ambulâncias a municípios baianos**

### **BAHIA**

A área de saúde no interior do Bahia ganhou um reforço nesta sexta-feira (7). O governador Rui Costa entregou 74 ambulâncias e seis veículos administrativos para municípios de diferentes regiões do estado. A entrega ocorreu no Parque de Exposições com a presença de prefeitos, prefeitas e os deputados que destinaram suas emendas parlamentares para viabilizar a entrega dos veículos.

“Essas ambulâncias chegam em um momento muito oportuno. Já havíamos entregue uma quantidade na semana passada para os municípios da Bahia, e hoje entregamos mais 74 ambulâncias pra reforçar a atenção básica dos pacientes. Na próxima semana teremos uma nova entrega de mais uma quantidade de ambulâncias para quem sabe em breve chegar próximo ao número de 400 municípios com novas ambulâncias, dando assistência também aos pacientes de Covid-19”, afirmou o governador.

A entrega representa um investimento de aproximadamente R\$ 5 milhões e beneficia 63 municípios, o Hospital de Base de Vitória da Conquista e a Santa Casa de Oliveira dos Campinhos em Santo Amaro. Cinco veículos administrativos, incluindo uma picape modelo Ranger foram destinados a Feira de Santana e outro veículo para Ibipeba.

Entre as cidades que receberam uma ambulância nova está Nova Soure, que fica a 250 quilômetros de Salvador. O prefeito do município, Cassinho, afirma que o veículo melhora a prestação de serviço à população. “Nós temos muita demanda de transferência, de viagem, transferência, consulta e um equipamento novo como esse traz conforto, dignidade e respeito à população”.

Os municípios que receberam as ambulâncias são: Amargosa, Anagé, Andorinha, Aracatu, Barro Alto, Belmonte, Biritinga, Botuporã, Brejões, Cairu, Camamu, Campo Formoso, Candeias, Cândido Sales, Canudos, Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Coité, Crisópolis, Curaçá, Dom Basílio, Elísio Medrado, Esplanada, Euclides da Cunha, Filadélfia, Ibipeba, Igrapiúna, Ipecaetá, Ipirá, Iramaia, Itabuna, Itagimirim, Itaguaçu da Bahia, Itamari, Itiúba, Ituberá, Jandaíra, Lauro de Freitas, Licínio de Almeida, Maragogipe, Mascote, Miguel Calmon, Mirangaba, Morro do Chapéu, Nova Fátima, Nova Ibiá, Nova Soure, Olindina, Paulo Afonso, Pedro Alexandre, Pilão Arcado, Porto Seguro, Remanso, Rio Real, Rodelas, Santa Luz, Santo Amaro (Santa Casa de Oliveira dos Campinhos), Saubara, Serra Preta, Ubaíra, Ubatã, Uibaí e Vitória da Conquista.

**Série 14/14**

**ESTA É A ÚLTIMA MATÉRIA DA SÉRIE SOBRE OS SEGMENTOS MAIS IMPACTADOS E SUAS ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTAR A CRISE PROVOCADA PELA PANDEMIA**

MARIA ALICE SOUZA

A crise sanitária causada pelo novo coronavírus atingiu diversos setores no Brasil e no mundo isso não foi diferente na indústria de base tecnológica (IBT) da Bahia, um dos 14 setores mais afetados pela pandemia, segundo mapeamento realizado pelo Sebrae. Presente em diferentes segmentos como maquinários, equipamentos, saneantes, ferramentas e peças para outras indústrias, produtos químicos, eletroeletrônicos, indústria de plástico e embalagens e equipamentos de automação, esses polos são em sua maioria composta por pequenos negócios, microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e os microempreendedores individuais (MEI).

Segundo Tércio Calmon, coordenador de indústria do Sebrae-BA, novas estratégias foram adotadas para auxili-

liar o empreendedor. "O Sebrae agiu rapidamente mudando a abordagem e adaptando o portfólio, criando um pacote de soluções chamadas de *Sebrae Presente com Você*, onde são ofertadas a esses negócios consultorias online focadas nos principais dores do momento, a exemplo de finanças, inserção e posicionamento digital, informações sobre crédito, decretos e protocolos, além de pacotes de ferramentas gerenciais de apoio. Agora o foco é a retomada. As indústrias de base tecnológica estão sendo fomentadas pelo Sebrae a carregar no seu DNA os requisitos de inovação para sobreviver, escalar e competir nesse mercado tão desafiador e competitivo", conta, acrescentando que o Sebrae tem monitorado os efeitos da pandemia em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e semanalmente emite boletins com informações sobre o cenário e tendências no ambiente de negócios.

**Por segmento**

Na Bahia, segundo a Confederação Nacional da indústria (CNI), a indústria de base tecnológica representa cerca de 9% do setor industrial e é dividida por categorias: 35% saneantes, 21% automotores, 14% eletroeletrônicos e 12% maquinário, peças e ferramentas. O impacto menor aconteceu principalmente nas fábricas de produtos saneantes que registraram um aumento de

**COVID-19** Na Bahia, o segmento representa cerca de 9% do setor industrial e tem maioria formada por empreendedores individuais e pequenas empresas

## Indústria de base tecnológica inova para sobreviver na crise



Rafael Marinho / Ag. A TARDE

**Gerente do Senai-Cimatec, Marinho pontua que a instituição tem dado suporte para as indústrias do segmento**



Calmon conta que Sebrae criou portfólio de soluções

comendações sanitárias no combate a Covid-19.

Para o coordenador de indústria do Sebrae-Ba, esse aumento na produção é importante para reerguer a economia e conquistar novos investidores. "O momento é de atenção e cautela, mas para os empreendedores que desejam investir a principal dica é informação. Estude o seu negócio, a movimentação do merca-

tribuição, as novas tecnologias disponíveis e principalmente o novo perfil e comportamento do seu cliente", explica Calmon.

As empresas que atuam em fabricação de respiradores, também passaram por mudanças na linha de produção, já que os aparelhos são essenciais para salvar vidas nos leitos de UTIs, porém seu custo é alto e dificulta o acesso, tendo em

quatro empresas fabricantes de respiradores e o valor desses equipamentos podem chegar até R\$ 153 mil.

No começo da pandemia, a iniciativa, coordenada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional (Senai) em parceria com outras companhias de base tecnológica, iniciaram um projeto de reparo dos aparelhos mecânicos danificados. A ação já entregou mais de 2 mil equipamentos reformados em todo Brasil e cerca de 300 unidades na Bahia. O gerente executivo de tecnologia e inovação do Senai-Cimatec, Flávio Marinho, explica que além dessa atuação, a instituição tem dado suporte, através de outros serviços. "Temos dado suporte na realização de testes de Covid-19, implantamos um laboratório em tempo recorde para fazer testes PCR, desenvolvemos diversos positivos de proteção individual, dispositivo como túnel de desinfecção para profissionais da saúde, o uso de inteligência artificial para detecção da contaminação pelo vírus, passamos a reformar outros equipamentos necessários aos procedimentos médicos, ao todo são mais de vinte iniciativas. Também temos um site para dar transparência (cimatec.com.br)", diz.

O projeto conta com mais de 50 profissionais em Salvador, os engenheiros e técnicos envolvidos nesse processo estão ainda capacitando profissionais de outras instituições para darem manutenção em ventiladores mecânicos pulmonares. As indústrias de base tecnológica estão contribuindo, junto com a Federação das indústrias do estado da Bahia (Fieb), no combate à pandemia, através de doações de insumos, reconversão de linhas de produção ou encaminhando seus colaboradores para as unidades de reparo de respiradores.

Diante deste panorama, as organizações têm atuado para orientar as empresas sobre como manter as operações em tempo de crise, com cartilhas de informação disponíveis, linhas de crédito e atendimento remoto as empresas. Flávio conta que a instituição avalia todo quadro econômico e buscam ajudar as empresas a retomar suas atividades. "Para ajudar as empresas a realizar suas operações, estamos fazendo uma atuação muito forte no setor, em alguns casos são empresas que estão precisando fortalecer suas linhas de produções. É sabido que algumas atividades foram diminuídas então algumas firmas estão precisando repensar o que elas vão fazer para manutenção das operações e emprego, nós entramos nisso dando assistência em nossos canais de atendimento", conta.

**ESTRATÉGIAS PARA O SETOR**

**PLANEJAMENTO**

Identifique pontos críticos na empresa que foram ou podem ser afetados pela pandemia, comece criando uma lista com os principais itens impactados. Considere pontos importantes como os principais processos, recursos e atividades, fornecedores essenciais, quadro de funcionários, registro e documentos vitais

**FINANÇAS**

A organização financeira é imprescindível em tempos de crise, evite as multas e juros. Analise os recursos que podem ser realocados e modificados. Se for necessário, saiba que a Caixa Econômica Federal em acordo com o Sebrae, disponibilizou linhas de créditos com garantias, Fundo de Aval às Micro e pequenas empresas (Fampe).

Essa pode ser uma forma de sair do vermelho

**TECNOLOGIA**

Os órgãos ligados ao setor estão disponibilizando plataformas digitais, para sanar as dúvidas dos empreendedores, além de disponibilizar cartilhas e infográficos sobre o impacto da pandemia no setor industrial. Mantenha-se atualizado

**SEGURANÇA**

Para garantir o bem-estar coletivo, implemente medidas que visem a saúde de pessoas essenciais para a sustentabilidade do negócio. É importante fornecer meios suficientes e acessíveis para reduzir a propagação do vírus, como instalações para lavagem de mãos e produtos de higiene, além da distribuição dos Epi's de segurança. Estabeleça medidas adicionais para reduzir o risco de infecção, como a limpeza mais frequente em instalações, garanta um ambiente seguro de trabalho e assim a

produtividade da empresa.

1,3% na produção. O crescimento é resultado das re-

do que ele está inserido, os novos canais de vendas e dis-

posta que é uma necessidade global. O país possui apenas

nicos envolvidos nesse processo estão ainda capacitando

**\*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO**

|                  |                  |
|------------------|------------------|
| Veículo: A Tarde | Caderno: Opinião |
| Data: 09/08/2020 | Página: A2       |

### **Avaliação de servidores**

O novo sistema informatizado de gestão de pessoas do governo baiano já alcançou a marca de 3.598 avaliações de desempenho funcional dos servidores por meio do RH Bahia. O módulo de Avaliação de Desempenho recebeu, ao longo do período, mais de 7.200 acessos de pelo menos 3.600 servidores.

A coordenadora técnica de gestão de avaliação de desempenho da Secretaria da Administração (Saeb), Renata Savoy, defende a integração de processos com a implementação do novo módulo.

– Antes do RH Bahia, as avaliações eram feitas em software desenvolvido internamente que não tinha interação com nenhum outro sistema de RH do estado. Agora o processo é realizado em plataforma com alto nível de automação dos processos – explica Renata.

**VITOR CASTRO\***

A segunda fase de retomada das atividades econômicas em Salvador começa a valer a partir de amanhã. O anúncio feito ontem pelo prefeito ACM Neto, durante coletiva para a imprensa no meio online, é resultado da estabilidade, por cinco dias consecutivos, da taxa de ocupação de leitos inferior a 70%. Pelo menos 30 mil estabelecimentos voltam a funcionar nesta segunda-feira. Para dar conta do número de pessoas que deve circular na cidade, 80% da frota de ônibus estará nas ruas.

Na ocasião, o gestor apresentou números que comprovam a redução tanto da quantidade de casos quanto de óbitos e ressaltou o esforço entre prefeitura e governo do estado para reduzir a taxa de ocupação de leitos clínicos e de tratamento intensivo (UTI). "Todos sabem que Salvador, apesar de não ter sido a primeira cidade do estado a apresentar casos da doença, tornou-se o epicen-

tro na Bahia. No entanto, a capital vem tendo um desempenho extremamente satisfatório. Em 14 de maio concentrávamos 70% dos casos da Bahia e 71% dos óbitos. Agora, conseguimos reduzir isso de uma maneira importante. Hoje concentramos 33% dos casos baianos e 55% dos óbitos do estado, e esses índices vêm caindo dia a dia", afirmou.

Segundo o prefeito, mesmo depois do dia 24 de julho, data da reabertura de shopping centers, das lojas com mais de 200 metros quadrados e com o aumento no fluxo de pessoas nos templos religiosos, a capital conseguiu manter a tendência de queda no número de casos. Na última semana houve um recuo de 47%.

Ontem, dos 674 leitos clínicos da capital destinados para o enfrentamento da

**CAPITAL** Cerca de 30 mil estabelecimentos voltam a funcionar em Salvador; também 80% da frota de ônibus urbanos retorna para atender os usuários

## RETOMADA DA FASE 2 COMEÇA A VALER AMANHÃ



Academias de ginástica e similares voltarão a funcionar, além de barbearias, salões de beleza e outros locais

**"O cidadão tem que nos ajudar, como vem nos ajudando desde a primeira fase"**

ACM NETO, prefeito

doença, 340 estavam ocupados, representando uma taxa de ocupação de 50%. Já os leitos de UTI, dos 692 disponíveis, 409 tinham pacientes internados, representando uma taxa de 59%. As transferências de pacientes das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) para os hospitais de referência tam-

bém têm caído. De acordo com ACM Neto, na manhã de ontem não havia espera na lista de regulações.

**De volta**

Amanhã voltarão a funcionar academias de ginástica e similares; barbearias, salões de beleza e similares; centros culturais, bibliotecas,

museus e galerias de arte; lanchonetes, bares e restaurantes.

Cada um destes setores tem de seguir, em média, de 35 a 40 medidas de segurança estabelecidas nos protocolos divulgados pela gestão em edição extra do Diário Oficial do Município (DOM) na quinta-feira.

O prefeito foi incisivo em relação ao aumento das fiscalizações. "Com uma lupa, principalmente nos bares. Se as coisas forem bem, ótimo, todos voltam às atividades e a vida aos poucos vai se organizando. Mas se houver risco de desordem e descumprimento dos protocolos, além de aglomerações, retornaremos às medidas iniciais. Peço que haja uma fiscalização de todos para que eventuais descumprimentos de um não afetem a todos", disse, ressaltando que qualquer atividade sem o uso de máscara permanece proibida. A exemplo, estão as atividades de maquiagem nos salões de beleza.

**Transporte**

Para dar conta da retomada, o efetivo de 1.514 ônibus que estavam circulando durante a primeira fase na capital aumentará a partir de hoje, para 1.770 coletivos, o que equivale a 80% da frota, e devem circular em maior quantidade nos três horários de pico determinados pela prefeitura. Das 5h às

8h, das 8h ao meio-dia e das 15h às 21h horas. O período permanece nesta segunda fase.

Dos bairros para o centro, os ônibus funcionarão até as 22h, e do centro para o bairro, até as 23h. "Conseguimos fazer o controle nas principais estações, mas é impossível ter estrutura para controlar todos os pontos da cidade. Por isso, o cidadão tem que nos ajudar como vem nos ajudando desde a primeira fase", pediu.

O prefeito preferiu cautela em relação à terceira fase de reabertura e a volta de atividades escolares e liberação das praias. Ambas dependerão de uma avaliação dos impactos da fase dois, o que só será mensurado a partir do próximo dia 25.

\* SOB A SUPERVISÃO DO JORNALISTA LUIZ LASSERRE

|                  |                  |
|------------------|------------------|
| Veículo: A Tarde | Caderno: Opinião |
| Data: 08/08/2020 | Página: A2       |

## **Prefeitura tem novo PPI**

Após o lançamento, na última quinta-feira, do seu novo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), a expectativa da prefeitura de Salvador é reduzir o número de ações judiciais de devedores contra o município. A iniciativa é parte de um pacote tributário e fiscal para ajudar pessoas físicas e jurídicas atingidas pelos efeitos da pandemia. "Esperamos que muitos contribuintes aproveitem as condições excelentes de negociação que estamos oferecendo agora e desistam de ações contra a prefeitura, quitando essas dívidas", disse o secretário municipal da Fazenda, Paulo Souto. Caso seja aprovado pela Câmara, vai oferecer desde o desconto de 20% no valor da dívida, sem juros ou multas, até o parcelamento em 48 vezes, com 80% de abatimento sobre multas e juros, e correção pela taxa Selic.

## **PIB do agro cresce 4,6%**

No período entre janeiro e maio deste ano, já em contexto de efeitos da pandemia, a soma das riquezas acumuladas, chamada Produto Interno Bruto, cresceu 4,62% no agronegócio brasileiro. Embora positiva, a porcentagem não implica distribuição, pois o resultado final pode incluir empreendimentos de faturamento muito elevado, compensando a pulverização dos números entre médias e pequenas propriedades. Milho, café, cacau, arroz, soja e trigo, todos com elevações superiores a 15% nos preços, foram os destaques. Na produção, as maiores estimativas de safra são para algodão, arroz, cacau, café, feijão, laranja, milho, soja, trigo e madeira para celulose.

**COVID-19** Estado firmou acordo com duas empresas para receber lotes com vacinas para Covid-19, já testadas com resultados promissores na China

## BAHIA FIRMA ACORDO PARA TESTAR VACINAS

RAUL AGUIAR

O estado da Bahia firmou acordo com duas empresas chinesas para receber lotes com vacinas para Covid-19, que já estão sendo testadas com resultados promissores na China. As vacinas estão na fase três, que é a fase de testes em humanos, realizada após ela ter comprovado a segurança e a resposta imunológica esperada.

A expectativa, segundo contou o governador Rui Costa (PT), é de que em 30 dias, após aprovação dos testes e o envio dos lotes pelas empresas da potência asiática, as vacinas possam estar sendo testadas em número reduzido de baianos.

"Seriam em torno de quatro mil pacientes testados por aqui. Essa vacina já foi aplicada em 100 mil chineses e também em outros países", explicou.

Na última segunda-feira, 3, o governador, que também é presidente do Consórcio do Nordeste, revelou em entrevista a um programa de TV que fez contato com as embaixadas da China e da Rússia, para que o



Rafael Martins/ Ag. A TARDE

A expectativa do governador é que as vacinas possam ser testadas em 30 dias

estado possa participar do processo de investimento, produção e testagem das vacinas contra o novo coronavírus em produção nesses países.

"Nós fizemos o contato com eles para que o Nordeste, e obviamente a Bahia, participassem dessa pesquisa. Eles concordaram e ainda hoje [ontem] enviarão os documentos para que a gente assinasse um protocolo conjuntamente já na próxima semana. A partir daí, pediremos autorização à Comissão Nacional de Ética e Pesquisa, do Conselho Nacional de Saúde, e também da Anvisa, para fazermos os testes dessa vacina", disse Costa, sobre o acordo costurado com as empresas chinesas.

Atualmente, a Bahia participa dos testes realizados pela empresa americana Pfizer, através da Instituição Ir-

mã Dulce. Já Salvador participa de testes da vacina classificada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como "a mais promissora do mundo", idealizada pela Universidade de Oxford, da Inglaterra, e pela farmacêutica inglesa AstraZeneca.

"Vamos assinar um documento com uma empresa russa para fazer um teste

com a vacina desenvolvida por eles. Com isso, estamos buscando aproximar o intercâmbio científico de pesquisa e de saúde e ao mesmo tempo nos colocando na frente, para termos acesso às primeiras vacinas oferecidas, para imunizar a nossa população", revelou o governador baiano

### Ambulâncias

Durante um evento no Parque de Exposições de Salvador, na manhã de ontem, o governador Rui Costa entregou 74 ambulâncias e seis veículos administrativos para 63 municípios da Bahia. Prefeitos, prefeitas, deputados que destinaram suas emendas parlamentares para viabilizar a entrega dos veículos e secretários participaram do evento.

"Essas ambulâncias chegam em um momento muito oportuno", disse o governador. "Na próxima semana teremos uma nova entrega, de mais uma quantidade de ambulâncias para, quem sabe, em breve chegar próximo ao número de 400 municípios com novas ambulâncias, dando assistência também aos pacientes de Covid-19", disse.

A entrega representa um investimento de aproximadamente R\$ 5 milhões e vai fortalecer, além dos municípios, o atendimento no Hospital de Base de Vitória da Conquista e a Santa Casa de Oliveira dos Campinhos em Santo Amaro. Cinco veículos administrativos, incluindo uma picape modelo Ranger, foram destinados à Feira de Santana e Ibipeba.

**As vacinas vindas da China estão na fase três, que é a fase de testes em humanos**

## Prefeitos estão alinhados com Guedes, diz Neto

**RODRIGO AGUIAR**

O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), disse ontem que a maioria dos prefeitos está alinhada com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para manter fora da reforma tributária os impostos municipais, devido à expressiva baixa na arrecadação.

"A priori, assim como a maioria dos prefeitos, sou contra unificar todos os impostos. Os riscos para os municípios são muito grandes, especialmente nessa fase de queda de arrecadação. Neste ponto, estamos alinhados com Paulo Guedes", disse o chefe do Palácio Thomé de Souza ao A TARDE. Segundo o gestor, apenas com o Imposto Sobre Serviços (ISS), houve uma queda de arrecadação de R\$ 66,6 milhões em cinco meses.

Neto participou, junto com outros integrantes da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), de reunião com Guedes. O democrata exerce na entidade o cargo de vice-presidente de Relações com o Congresso Nacional.

O prefeito da capital baiana já havia externado sua posição contrária à inclusão de impostos municipais e estaduais na reforma enviada pelo governo Bolsonaro ao Congresso. Na primeira etapa apresentada, o governo propôs somente a uni-

ficação de PIS e Cofins para criar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com alíquota de 12%. Já a proposta de reforma que tramitava na Câmara, a PEC 45/2019, prevê a substituição, em dez anos, de cinco tributos que incidem sobre o consumo (ICMS, PIS, Cofins, ISS e IPI) por um imposto único: o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). Outra proposta, do Senado, substitui nove impostos por um único, sobre consumo.

"O nosso entendimento é que o ISS é um imposto de potencial fantástico. Se os municípios abrirem mão, a rigor, estarão abrindo mão de receita futura, o que seria uma irresponsabilidade", disse o prefeito de Teresina, Firmino Filho (PSDB), vice-presidente da FNP, conforme nota da entidade.

Na pauta dos prefeitos, também estavam a aplicação

do mínimo constitucional na Educação em 2020; o Regime Especial de Emergência para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Remetup), previsto no Projeto de Lei 3364/2020; e suspensão de pagamento de precatórios.

Para cumprir o índice constitucional de 25% na Educação, a FNP tem defendido a edição de uma medida provisória que considere como aplicação no ensino despesas efetivamente empenhadas no exercício e também recursos relativos às contribuições previdenciárias patronais dos servidores do setor, mesmo que não empenhadas, devidas aos regimes próprios.

"Essa indexação é um desastre para o Brasil. A classe política é quem deveria decidir a destinação dos recursos. Deveriam ser os senhores prefeitos os responsáveis por dizerem quanto de dinheiro deve entrar", opinou Guedes. De acordo com o ministro, a vinculação obrigatória dos recursos é um equívoco e explicita a necessidade de um novo pacto federativo.

Sobre as condições do transporte público, Neto disse, durante a videoconferência, que o problema é "gravíssimo". "O PL [Projeto de Lei 3364/2020], que prevê aporte de R\$ 4 bilhões, é muito importante, mas ele falha ao não contemplar os municípios com mais de 200 mil habitantes. Nós bem sabemos que as capitais do país, por exemplo, foram o epicentro dos casos e onde se viu maior desaceleração da economia", afirmou o prefeito na reunião.

A solução, conforme o gestor, passaria pela votação da Emenda 23.

LEIA A MATÉRIA COMPLETA EM [WWW.ATARDE.COM.BR/POLITICA](http://WWW.ATARDE.COM.BR/POLITICA)

### FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS (FNP)

**ACM Neto (DEM) participou, junto com outros integrantes da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), de reunião com o ministro Paulo Guedes.**

|                  |          |
|------------------|----------|
| Veículo: Correio | Caderno: |
| Data: 10/08/2020 | Página:  |

# Correio\*

## ECONOMIA

### Um terço dos servidores se aposentam até o ano de 2034

**GESTÃO PÚBLICA** O levantamento do Instituto Millenium aponta que um terço dos funcionários efetivos do setor público federal deve se aposentar até 2034. O diagnóstico é que esse cenário abre uma janela de oportunidade para implementar as mudanças da reforma administrativa já que os novos servidores que ingressaram poderão seguir regras distintas. O grupo prestes a se aposentar, 219 mil pessoas acima de 51 anos, representa 36% dos funcionários que estão atualmente na ativa. O ministro da Economia, Paulo Guedes, e o secretário especial de Desburocratização e Gestão do Ministério da Economia, Paulo Uebel, responsável pela coordenação da elaboração da proposta de re-

#### SERVIÇO PÚBLICO

**219** mil funcionários públicos devem estar aposentados até o ano de 2034

forma administrativa, são ex-membros do instituto.

“Há uma urgência máxima em fazer uma reforma administrativa para que os novos estejam em um ambiente com maiores incentivos à produtividade”, diz Wagner Vargas, sócio da consultoria ODX de inteligência de negócios, que participou do estudo. Segundo Vargas, dos 219 mil servidores que vão se aposentar na próxima uma década e meia, 95% são funcionários estatutários, com maior estabilidade no emprego. Isso significa que o governo vai precisar abrir novos concursos para repor esses cargos. Para ele, a crise fiscal agravada pelo cenário do coronavírus aumenta essa urgência, pois o setor público teve que aumentar seus gastos no mesmo instante em que o atual desaquecimento da atividade econômica derrubou as

receitas. Como o gasto com pessoal é uma despesa obrigatória, ocupa um espaço considerável do orçamento (93% das receitas são obrigatórias) e reduz a quase a zero o espaço para investimentos, por exemplo.

O uso da ciência de dados para o estudo permitiu a implementação de várias técnicas que envolvem automação na coleta e trabalho de análise dos dados. Foram utilizados algoritmos para fazer a coleta de dados em base oficiais e públicas. O estudo chama atenção para inchaço de servidores na esfera municipal. Com uma média de 4,48% ao ano, o funcionalismo municipal foi o que mais cresceu; enquanto os funcionários estaduais e federais apresentaram média anual de 1,4% ao ano. Os servidores municipais passaram de 1,7 milhão para 6,5 milhões entre 2002 e 2019.

### Fundos se aliam a grandes empresas contra desmatamento

**SUSTENTABILIDADE** Antes mesmo de a pandemia de covid-19 paralisar a economia mundial, o mercado financeiro sinalizou para transformações na alocação de capital em direção a empresas adaptadas às premissas ambientais, sociais e de governança (ESG, em inglês). No Brasil, fundos de

investimento, ainda que de pequeno e médio portes, têm se aliado a grandes empresas para pressionar os três poderes contra o desmatamento da Amazônia. Práticas socioambientais e de governança têm se tornado, na verdade, um diferencial entre as corporações e também um bom negócio.

Em todo mundo, existe um potencial de investimento em sustentabilidade de US\$ 20 trilhões, segundo Flávio Menezes, especialista pela consultoria Bip, que utilizou dados do Bank of America. Para alguns investidores, a mudança rumo às boas práticas começou há décadas e apenas se acelerou agora.

|                  |          |
|------------------|----------|
| Veículo: Correio | Caderno: |
| Data: 10/08/2020 | Página:  |

# Correio\*

## **CRÉDITO DO BNDES TEM ALTA DE 247,8% NOS ÚLTIMOS MESES**

### **RECURSOS PÚBLICOS** O

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) voltou a ser protagonista na liberação de crédito durante a pandemia do novo coronavírus. Dados do Banco Central mostram que, apenas no segundo trimestre deste ano, o banco de fomento concedeu R\$ 17,2 bilhões de crédito a empresas de todos os portes. O montante é 247,8% maior que o verificado no primeiro trimestre do ano, quando o surto de covid-19 ainda não havia se intensificado.

---

### CAPITAL DE GIRO

# **4.040%**

**foi a alta no volume liberado como capital de giro pelo BNDES no segundo trimestre deste ano. Com a crise provocada pelo novo coronavírus, o banco voltou a liberar mais crédito nos últimos meses, com foco nas pequenas e médias empresas.**

|                  |          |
|------------------|----------|
| Veículo: Correio | Caderno: |
| Data: 10/08/2020 | Página:  |

# Correio\*

## REFORMA VAI CORTAR R\$ 70 BI EM BENEFÍCIOS FISCAIS

**PROJEÇÃO** A proposta de reforma tributária do governo prevê o desmonte de parte dos R\$ 320 bilhões concedidos hoje a dezenas de setores em benefícios tributários, mecanismo considerado vetor de distorções econômicas e concentrador de renda. Em sua primeira fase, a reforma eliminaria quase R\$ 70 bilhões desses incentivos, o que representa cerca de 1% do PIB (Produto Interno Bruto). Isso ocorreria pela substituição dos tributos PIS e Cofins pela nova CBS (Contribuição sobre Operações com Bens e Serviços), com alíquota de 12%. Mesmo assim, o total de benefícios tributários permanecerá muito acima do montante de antes dos governos do PT (Lula e Dilma), que escalaram esses incentivos do equivalente a 2% do PIB para 4,5%. O governo federal alega que a retirada dos benefícios não resultará em aumento da carga tributária, mas há dúvidas sobre se parte dos R\$ 70 bilhões não ficará com a Receita Federal.

# 1%

do PIB é o quanto  
representam os  
benefícios que serão  
cortados

# Mais\*

COM OCUPAÇÃO DE LEITOS DE UTI EM 55%, SEGUNDA FASE DE RETOMADA COMEÇA HOJE NA CAPITAL

## GUIA DA FASE 2

**Salvador** Decreto autoriza reabertura de 30 mil estabelecimentos na capital

**Priscila Natividade**

REPORTAGEM  
priscila.oliveira@redebahia.com.br

Foram mais de quatro meses de portas fechadas, sem a presença costumeira de clientes, alunos, visitantes. Mas, a partir de hoje, com a autorização para o início da fase 2 de retomada das atividades em Salvador, bares, restaurantes, academias, salões de beleza e museus estão liberados para voltar a funcionar. O prefeito ACM Neto bateu o martelo no sábado (2).

“Será retomado o funcionamento de 30 mil estabelecimentos em Salvador. Vamos acompanhar com toda a atenção cada uma destas atividades. Não vamos tolerar o descumprimento dos protocolos, principalmente nos bares. Se houver risco de desordem e de aglomerações, vamos tomar medidas duras”, disse Neto.

O decreto de reabertura permite ainda atividades que ainda estavam proibidas em shoppings: academias, salões, restaurantes e lanchonetes. Praças de alimentação podem abrir com 50% da ocupação. Além disso, fica autorizado, em obras em imóveis habitados, a presença de até quatro funcionários a cada 100m<sup>2</sup> e o funcionamento das academias em condomínios, seguindo os protocolos gerais.

As taxas de ocupação de leitos de UTI menores que 75% permitiram a liberação da primeira fase da retomada, em 24 de julho, que contemplou shoppings, comércio de rua (lojas de até 200 m<sup>2</sup>), drive-ins e igrejas.

Para o início da fase 2, Salvador precisava passar por cinco dias com a taxa de ocupação de leitos de UTI para covid-19 no máximo em 70% e 14 dias de espaçamento em relação ao início da fase 1. Ontem, a taxa de ocupação de leitos de UTI em Salvador era de 55%.

O presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel-BA) Luiz Henrique Amaral destacou o início da nova jornada: “Precisamos desenvolver a capacidade de criar ambientes de negócios que nos permitam manter a saúde das empresas, das pessoas, dos colaboradores e dos empresários”.

A presidente da Associação Baiana de Salões de Beleza (Abasbe), Sarah Pires, concorda com a abertura: “Era o que todos nós queríamos, principalmente, por todas as dificuldades financeiras enfrentadas pelo setor”.

CEO da rede de Academias Selfit, Leonardo Pereira também comentou a retomada das atividades. “As academias são promotoras de saúde, com grande contribuição para o aumento da imunidade e no combate à obesidade e ao sedentarismo, fatores de risco”, pontuou.

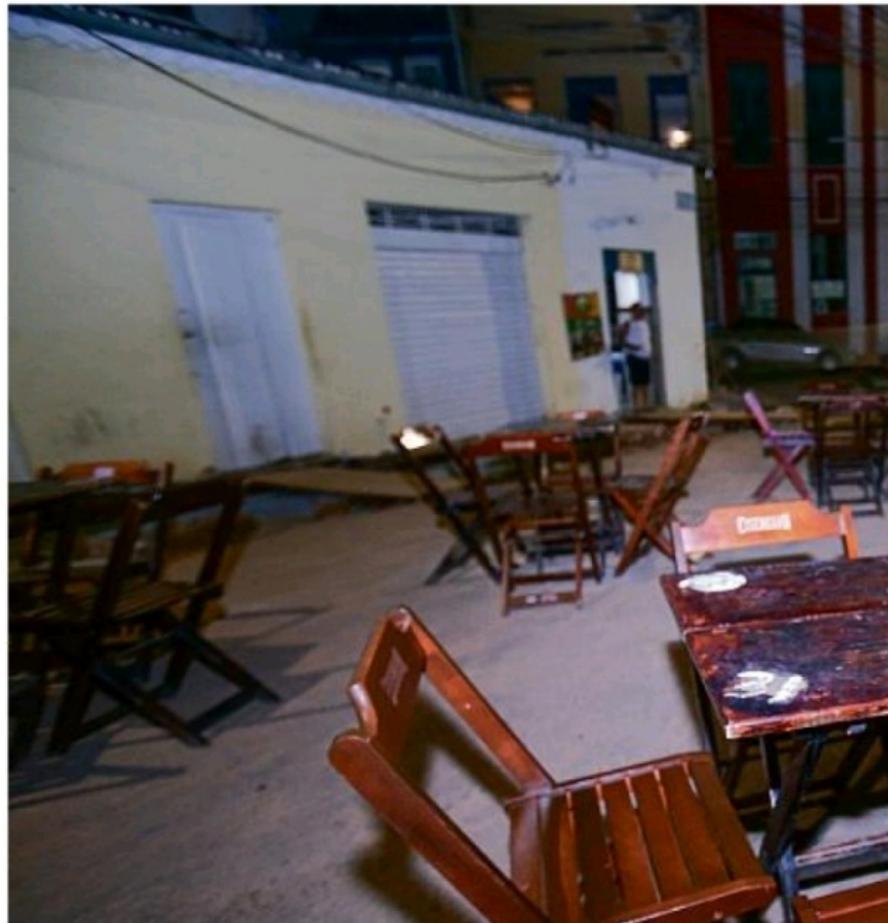
A 3ª fase deve contemplar parques de diversões e temáticos, teatros, cinemas e casas de espetáculos, clubes sociais, recreativos e mais os centros de eventos e convenções. A ativação da etapa depende da permanência de uma taxa de ocupação de leitos menor que 60%, após a consolidação das duas fases anteriores. Escolas e praias ainda não entram neste plano.

**Bares e restaurantes terão que manter distanciamento entre mesas e cadeiras**



**Confesso que eu não esperava que fosse ter esta taxa de ocupação inferior ao que foi definido e ainda com folga. Tudo isso nos permite confirmar, finalmente, a reabertura com absoluta segurança e cumprindo os protocolos ACM Neto**

Prefeito de Salvador. No sábado, a taxa de ocupação de leitos de UTI era de 59%; no domingo, chegou a 55%.



ARISSON MARINHO/ARQUIVO CORREIO

### LANCHONETES, BARES E RESTAURANTES

● **Dias e horários** Os bares, restaurantes, pizzarias, sorveterias, hamburguerias e similares poderão reabrir a partir de hoje, de segunda a domingo, das 12h às 23h. Já lanchonetes, das 7h às 16h.

● **Serviço** Os serviços presenciais devem ser à carte, escolhendo o prato pelo cardápio, ou com serviço de buffet se um funcionário servir. Não haverá self service - em que a própria pessoa se serve - ou rodízios.

● **Distâncias** A distância entre as mesas deve ser de dois metros e de um metro entre cadeiras de mesas diferentes.

● **Cuidados** Cada mesa só pode comportar até seis pessoas e todos devem usar máscaras, exceto no momento das refeições e ingestão de líquidos.

● **Adaptações** O cardápio deve ser digital ou plastificado, com higienização após cada uso. A apresentação de músicos ao vivo está proibida e qualquer atividade sonora deve se manter abaixo de 35 decibéis.



Academias reabrem, mas revezamento de aparelhos está proibido

### ACADEMIAS DE GINÁSTICA

● **Dias e horários** As mais de 2.150 academias de Salvador reabrem hoje e vão poder funcionar de segunda a sábado e fecham aos domingos. Não há limitação de horário de funcionamento - ficará a critério de cada empresa. O aluno só vai poder entrar com agenda-mento e permanecer por 1 hora.

● **Sem revezamento** Como é obrigatório que os equipamentos sejam higienizados a cada uso, está proibido o revezamento dos aparelhos.

● **Aulas coletivas** As atividades coletivas, a exemplo das aulas de dança e crossfit, só são permitidas desde que haja marcação no solo, com distanciamento de dois metros entre os alunos, com duração máxima de 45 minutos.

● **Sem piscina** As piscinas, assim como os bebedouros, não poderão ser usadas nesse primeiro momento.

● **Cuidados** A máscara é de uso obrigatório por todos.

**Justiça Número de pedidos de pensão alimentícia na Bahia, de março a julho, foi 72,7% menor se comparado a 2019** PÁG. 14

**Insegurança Antiga sede da Oi, no Cabula, vira alvo de ladrões, que invadem área em busca de ferro, cobre e alumínio** PÁG. 15

TIAGO CALDAS/ARQUIVO CORREIO



## Frota de ônibus aumenta para 80%

Com a retomada do comércio de bares, restaurantes, academias, salões de beleza e museus em Salvador a partir de hoje, a frota de ônibus será aumentada para 80%. A informação também foi divulgada no sábado (2) pelo prefeito de Salvador, ACM Neto, durante entrevista coletiva que autorizou para hoje o início da fase 2 de retomada das atividades.

A medida, que contempla também a liberação da praça de alimentação dos shoppings com 50% da ocupação total, foi publicada na edição extra do Diário Oficial do Município (DOM).

De acordo com o gestor, a mudança no sistema de transporte público acontecerá justamente por conta da abertura de novas atividades. A frota de ônibus passará de 70% para 80%, com 1.770 veículos em circulação pela cidade.

“Não posso deixar de fazer um apelo para a organização, principalmente, do transporte público. O cidadão tem que nos ajudar, como vem colaborando desde a ativação da 1ª fase”, reforçou o prefeito ACM Neto.

Nos coletivos, segue sendo obrigatório o uso de máscara e os rodoviários estão autorizados a negar que os passageiros adentrem os ônibus sem o uso da proteção.

A obrigatoriedade do uso começou a valer no dia 23 de abril. Nas estações de transbordo, como a Lapa, há um espaço para triagem das pessoas que estão ou não usando máscaras.

Segundo a prefeitura, fiscais da Secretaria de Mobilidade e da Guarda Municipal podem retirar dos ônibus os passageiros que se recusarem a usar a máscara.

### DADOS

**62,4** mil casos de covid-19 foram confirmados em Salvador até ontem - 2.429 estavam ativos

**50,5%** dos óbitos na Bahia foram em Salvador - 1.983

**1.420** leitos estavam ativos na capital até ontem, com 739 pacientes internados; a taxa de ocupação de leitos geral era de 52% e de UTI, 55%

## Na RMS, Mata de São João reabre hoje o Grupo 2

Em Mata de São João, na Região Metropolitana de Salvador, a prefeitura decidiu antecipar por cinco dias a reabertura do Grupo 2 de atividades.

A partir de hoje, também reabrem academias de ginástica, salões de beleza, lanchonetes, sorveterias, bares e centros culturais. A retomada deste grupo estava, em princípio, marcada para o próximo sábado (15).

De acordo com o decreto, o horário de funcionamento de bares, restaurantes e lanchonetes será até as 23h30 e os salões de beleza poderão funcionar até as 19h.

A Prefeitura de Camaçari vai avaliar hoje a primeira fase e, então, decidir se segue com ela ou se inicia a fase 2, com abertura de bares, restaurantes e academias.

A Prefeitura de Lauro de Freitas também tem bares, restaurantes, lanchonetes, academias e salões de beleza na fase dois de reabertura, mas, procurada, não informou quando vai acontecer.

BETTO JR./ARQUIVO CORREIO



Museus não poderão ter visitas guiadas, nem mostras interativas

### MUSEUS E CENTROS CULTURAIS

● **Dias e horários** A partir de hoje, centros culturais, museus e galerias de arte devem funcionar das 10h às 16h de segunda a sábado, e aos domingos sem restrições de horário.

● **Ingressos** A venda de ingresso deve ser preferencialmente virtual, com horário agendado. Quando o acesso for gratuito, o agendamento também deve ser on-line.

● **Percurso** Durante toda a visitação, deve ser mantido um

circuito de mão única - isto é, uma porta só de entrada e outra só para a saída.

● **Sem guias ou interação** Neste primeiro momento, ficam proibidos uso de audioguias e visitas guiadas, assim como obras e exposições interativas, que pressupõem o toque ou colocar fones de ouvido.

● **Filmes ou vídeos** Exibição de filmes ou vídeos só em espaços abertos, com duração máxima de 15 minutos.

ARISSON MARINHO/ARQUIVO CORREIO



Salões não poderão fazer serviços que exigem retirada da máscara

### SALÕES DE BELEZA E BARBEARIAS

● **Dias e horários** A partir de hoje, podem funcionar das 10h às 19h, de segunda a sábado, só com hora marcada e por atendimento individual.

● **Sem acompanhamento** Não é autorizado ter sala de espera, nem acompanhantes, só no caso de crianças, idosos ou pessoas com deficiência.

● **Nem barba, nem maquiagem** Como o uso da

máscara também é obrigatória, todos os procedimentos que precisarem retirá-la estão proibidos, a exemplo da maquiagem e da barba.

● **Restrições** A capacidade total do espaço é de 30% e o intervalo entre os clientes deve ser no mínimo de 15 minutos, para que haja tempo de o local seja higienizado, bem como os equipamentos que foram usados no cliente anterior.

## Rodoviárias de 47 cidades também reabrem hoje

A partir de hoje, as rodoviárias de 47 municípios baianos também podem voltar a funcionar. Em Salvador, o terminal poderá receber ônibus dessas cidades, que ficam a até 100 quilômetros da capital. Serão 100 linhas.

Ontem, na véspera da volta, a rodoviária ainda estava fechada com grades e vigiada por seguranças. Taxistas e ambulantes ansiosos foram conferir o movimento.

Tibúrcio da Paz, 52 anos, taxista, teve prejuízo. “Sofri bastante com a interdição da rodoviária e a ausência de pessoas para pegar táxi. Sem ônibus, não tem gente. Sem gente, não temos renda”.

A Agerba exigirá a testagem periódica dos funcionários dos transportes e dos terminais e a ocupação da capacidade em 50%. No transporte hidroviário serão retomadas as saídas regulares.

VEJA RODOVIÁRIAS LIBERADAS EM CORREIO24HORAS.COM.BR  
WENDEL DE NOVAIS, SUPERVISOR DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

|                       |          |
|-----------------------|----------|
| Veículo: Correio      | Caderno: |
| Data: 08 e 09/08/2020 | Página:  |

# Correio\*

6

SALVADOR FIM DE SEMANA, 8 e 9 de agosto de 2020



24H ECONOMIA

# miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

## De longe, Cintra vê uma CPMF

Longe do governo há quase um ano, o ex-secretário da Receita Federal Marcos Cintra reconhece a sua proposta de reforma tributária nas declarações do ministro Paulo Guedes, quando ele fala sobre a criação de um imposto digital. Cintra diz que pela arrecadação esperada, a base de tributação não pode ser apenas as grandes empresas de tecnologia, mas todas as transações financeiras. Ou seja, algo semelhante a uma CPMF. Ele acha que o governo tem errado ao não expor o projeto na íntegra, porque isso tem gerado ruído e aumento de resistência à reforma. E afirma que o presidente Jair Bolsonaro foi o primeiro a interditar o debate sobre o novo tributo.

Em uma longa conversa com a coluna, o economista Marcos Cintra falou sobre o que ele define como imposto de pagamentos e as vantagens que vê nesse tipo de tributo. Ele acredita que esse é o único caminho para destravar a reforma tributária e diz que é exatamente isso que o governo pretende apresentar na quarta fase do projeto, pelo que tem entendido das declara-

ções do ministro da Economia, Paulo Guedes.

"Com muita sinceridade, tudo indica que é o mesmo projeto que estava pronto há um ano atrás. Foi apenas recalibrado. O próprio ministro falou isso na Comissão. A alíquota de 0,2% de cada lado, para gerar R\$ 60 bilhões, tem que ter a base mais ampla possível. Então seria o que estava se discutindo lá atrás e que gerou a interdição do debate, primeiramente pelo presidente da República, o que levou à minha exoneração, e depois pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que disse que não o colocaria em pauta", explicou.

Ontem, em artigo no GLOBO, o economista Rogério Werneck, da PUC-Rio, mostrou que a arrecadação da CPMF, em 2007, foi de R\$ 36,5 bilhões. Pela alíquota cobrada na época, de 0,38%, a base de incidência do imposto teria que

ser R\$ 9,6 trilhões, mais de três vezes o PIB daquele ano. Isso comprovaria o forte efeito cumulativo do tributo. "A mágica decorria da incidência em cascata da CPMF que dava lugar a uma base fiscal fictícia", escreveu Werneck. Marcos Cintra entende que essa incidência em cascata é um problema menor diante da alíquota elevada que uma contribuição como o IVA teria sobre o setor de serviços.

"Eu prefiro um imposto cumulativo de alíquota de 1% do que um imposto de valor agregado com alíquota de 12%. O faturamento do projeto foi um grande erro do governo, porque impediu as pessoas de verem o conjunto e os benefícios de um imposto de transações", defendeu.

O ex-secretário concorda com quem afirma que a proposta do governo é diferente do que

tem sido discutido na Europa. Por lá, apenas a Hungria tem um imposto nos moldes da CPMF, segundo Cintra. O que se discute na França e na Inglaterra é uma forma de taxar as grandes empresas de tecnologia — em um imposto muito parecido com a nossa Cofins — mas ele avalia que isso teria um potencial de arrecadação baixo no Brasil. Por esse caminho, não seria possível desonerar a folha de pagamentos e compensar o setor de serviços pelo aumento de carga de um imposto de Valor Agregado (IVA).

"Sem compensar os setores de serviços e agropecuário não haverá reforma tributária, porque eles terão um aumento grande de carga e vão inviabilizar a tramitação. E um imposto apenas sobre as grandes empresas de tecnologia não arrecada o suficiente para desonerar

a folha".

Na Comissão Mista do Congresso, na última quarta-feira, Paulo Guedes falou que comparar o imposto digital a uma CPMF é maldade ou ignorância. Cintra diz que é preciso que o governo venha a público e apresente a proposta:

"Fica-se apenas com as críticas e o preconceito que se tem contra esse imposto. O governo deixa alimentar esse tipo de inquietude, sem esclarecer como funciona o tributo, qual é a base, quais são as regras".

O economista diz que deixou o governo sem mágoas, porque não via sentido em participar de uma reforma sem que fosse para tentar um imposto de pagamentos — que é seu objeto de estudo de toda a vida. Agora, de longe, vê a mesma proposta ser retomada, mas sem que o governo tenha coragem de assumir publicamente.

Os argumentos dos que são contra a CPMF me convenceram. Mas aqui estão os de Cintra, que a defende. Enquanto o ministro não apresenta seu projeto, o país perde tempo discutindo sobre hipóteses.

|                       |          |
|-----------------------|----------|
| Veículo: Correio      | Caderno: |
| Data: 08 e 09/08/2020 | Página:  |

# Correio\*

24H ECONOMIA

## Ricardo Eletro pede recuperação judicial e fecha todas as lojas

**CRISE** A Máquina de Vendas, dona das varejistas Ricardo Eletro e Insinuante, pediu recuperação judicial nessa sexta-feira. Segundo a empresa, a pandemia do novo coronavírus, que paralisou o varejo, contribuiu diretamente para a decisão. As dívidas são de R\$ 4 bilhões e entre os maiores credores estão Itaú, Bradesco, Santander e a Whirlpool (dona de Brastemp e Cônsul).

Em vídeo, o presidente da companhia, Pedro Bianchi, informou que todas as lojas foram fechadas e que a varejista vai se concentrar em um novo modelo de negócio, baseado numa rede virtual de parceiros e colaboradores. "Estamos tomando uma decisão corajosa e histórica e vamos fechar todas as lojas físicas e fazer um novo modelo de negócios", disse.

No novo modelo, 100%, a Ricardo Eletro espera atrair parceiros e colaboradores, sejam pessoas físicas ou varejistas, para vender seus produtos.

De acordo com Bianchi, já existem 2 mil parceiros cadastrados. "Parceiros terão autonomia para negociar preços e condições de pagamento e terão comissões diferenciadas de acordo com o desempenho", afirmou.

# R\$ 4

bilhões é a dívida total da rede, que já foi uma das maiores do setor varejista

|                       |          |
|-----------------------|----------|
| Veículo: Correio      | Caderno: |
| Data: 08 e 09/08/2020 | Página:  |

# Correio\*

## INFLAÇÃO OFICIAL FICA EM 0,36% NO MÊS DE JULHO

**CUSTO DE VIDA** O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do Brasil, ficou em 0,36% em julho, puxada principalmente pela alta da gasolina e da energia elétrica, segundo dados divulgados nessa sexta-feira (7) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A taxa é a maior do ano e a mais alta para um mês de julho desde 2016, quando registrou 0,52%. O resultado também representa uma aceleração frente a junho, quando o IPCA foi de 0,26%.

Apesar da aceleração em julho, a inflação permanece em patamares baixos em meio aos impactos da pandemia de coronavírus, fraca demanda e incertezas sobre o ritmo de recuperação da economia brasileira e global.

## SERVIDORES FEDERAIS

### Aposentadorias podem ser janela para reformas na União

(ESTADÃO CONTEÚDO)

O levantamento do Instituto Millenium aponta que um terço dos funcionários efetivos do setor público federal deve se aposentar até 2034. O diagnóstico é que esse cenário abre uma janela de oportunidade para implementar as mudanças da reforma administrativa já que os novos servidores que ingressaram poderão seguir regras distintas. O grupo prestes a se aposentar, 219 mil pessoas acima de 51 anos, representa 36% dos funcionários que estão atualmente na ativa.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, e o secretário especial de Desburocratização e Gestão do Ministério da Economia, Paulo Uebel, responsável pela coordenação da elaboração da proposta de reforma administrativa, são ex-membros do instituto. "Há uma urgência máxima em fazer uma reforma administrativa para que os novos estejam em um ambiente com maiores incentivos à produtividade", diz Wagner Vargas, sócio da consultoria ODX de inteligência de negócios, que parti-

cipou do estudo.

Segundo Vargas, dos 219 mil servidores que vão se aposentar na próxima uma década e meia, 95% são funcionários estatutários, com maior estabilidade no emprego. Isso significa que o governo vai precisar abrir novos concursos para repor esses cargos. Para ele, a crise fiscal agravada pelo cenário do coronavírus aumenta essa urgência, pois o setor público teve que aumentar seus gastos no mesmo instante em que o atual desaquecimento da atividade econômica deve fazer a receita apresentar uma queda significativa. Como o gasto com pessoal é uma despesa obrigatória, ocupa um espaço considerável do orçamento (93% das receitas são obrigatórias) e reduz a quase a zero o espaço para investimentos, por exemplo.

O uso da ciência de dados para o estudo permitiu a implementação de várias técnicas que envolvem automatização na coleta e trabalho de análise dos dados. Foram utilizados algoritmos para fazer a coleta de dados em base oficiais e públicas.

|                           |                |
|---------------------------|----------------|
| Veículo: Tribuna da Bahia | Caderno: Geral |
| Data: 10/08/2020          | Página: 07     |

# Tribuna

## Governo só gastou 54% de verba da pandemia

Por Brasil Econômico

O governo federal gastou, até o início deste mês de agosto, R\$ 275,14 bilhões para financiar ações de combate à pandemia de Covid-19 no Brasil.

O valor, entretanto, representa apenas 54% do valor que havia sido destinado ao combate da doença no país. No total, o orçamento já autorizado é de R\$ 509,97 bilhões. Os números são do 'Siga Brasil', ferramenta mantida pelo Senado. Segundo a ferramenta, do total gasto até o momento, a maior parte foi para pagar o auxílio emergencial - benefício concedido a trabalhadores informais afetados pela pandemia. Até o dia 5 de agosto, haviam sido pagos R\$ 167,6 bilhões direcionados ao auxílio emergencial, o que representa 60,93% do

total dos gastos.

Na sequência dos gastos está o auxílio a estados e municípios, que custou até o momento cerca de R\$ 30 bilhões, que dá 10,93% do total desembolsado.

Os dados apresentados pelo 'Siga Brasil' são parecidos aos divulgados pelo painel do Tesouro Nacional, que informa que foram gastos R\$ 275,9 bilhões pelo governo até este domingo (9), de um total de R\$ 512 bilhões aprovados, o que representa 53,88% do total.

# Tribuna

## Rui anuncia parceria com China para testes de vacina contra Covid-19

(REDAÇÃO)

O governador Rui Costa, juntamente com o secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas, e a secretária de Ciência e Tecnologia, Adélia Pinheiro, participou, na manhã de ontem, de uma teleconferência com um grupo composto por duas empresas chinesas que estão desenvolvendo duas linhas de vacinas contra a Covid-19.

"Nós fizemos o contato com eles para que o Nordeste, e obviamente a Bahia, participassem dessa pesquisa. Eles concordaram e ainda hoje enviarão os documentos para que a gente assinasse um protocolo conjuntamente já na próxima semana. A partir

daí, pediremos autorização à Comissão Nacional de Ética e Pesquisa, do Conselho Nacional de Saúde, e também da Anvisa, para fazermos os testes dessa vacina", explicou o governador.

Ainda segundo Rui, se os testes forem aprovados, os lotes da vacina devem ser enviados em 30 dias. "Seriam em torno de 4 mil pacientes testados por aqui. Essa vacina já foi aplicada em 100 mil chineses e também em outros países".

O governador também lembrou que a Bahia já participa de um teste de uma empresa americana. "Além disso, vamos assinar um documento com uma empresa russa para fazer um teste com a vacina desenvolvida por eles. Com isso, estamos buscando aproxima-

mar o intercâmbio científico de pesquisa e de saúde e ao mesmo tempo nos colocando na frente para termos acesso às primeiras vacinas oferecidas, para imunizar a nossa população".

### INVESTIMENTOS

A área de saúde no interior do Bahia ganhou um reforço ontem. O governador Rui Costa entregou 74 ambulâncias e seis veículos administrativos para municípios de diferentes regiões do estado. A entrega ocorreu no Parque de Exposições com a presença de prefeitos, prefeitas e os deputados que destinaram suas emendas parlamentares para viabilizar a entrega dos veículos.

"Essas ambulâncias chegam em um momento muito oportuno. Já havíamos entregue uma quanti-

**GOVERNADOR**  
discutiu assunto em  
teleconferência com  
empresas chinesas



dade na semana passada para os municípios da Bahia, e hoje entregamos mais 74 ambulâncias para reforçar a atenção básica dos pacientes. Na próxima semana teremos uma nova entrega de mais uma quantidade de ambulâncias para quem sabe em breve chegar próximo ao número de 400 municípios com novas ambulâncias, dando assistência também aos pacientes de Covid-19", afirmou o

governador.

A entrega representa um investimento de aproximadamente R\$ 5 milhões e beneficia 63 municípios, o Hospital de Base de Vitória da Conquista e a Santa Casa de Oliveira dos Campinhos em Santo Amaro. Cinco veículos administrativos, incluindo uma picape modelo Ranger foram destinados a Feira de Santana e outro veículo para Ibipeba.

Entre as cidades que receberam uma ambulância nova está Nova Soure, que fica a 250 quilômetros de Salvador. O prefeito do município, Cassinho, afirma que o veículo melhora a prestação de serviço à população. "Nós temos muita demanda de transferência, de viagem, transferência, consulta e um equipamento novo como esse traz conforto, dignidade e respeito à população", declarou.

# Tribuna

## REUNIÃO VIRTUAL

### Neto tem encontro com ministro para tratar da reforma tributária



**DEMOCRATA**  
participou de reunião com prefeitos de todo o país

HENRIQUEBRINCO  
REPORTER

O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), se reuniu ontem com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para tratar sobre a Reforma Tributária. A reunião, por videoconferência, teve como convidados representantes da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), da qual o democrata baiano faz parte. Também estiveram em pauta aplicação do mínimo constitucional em educação, suspensão de precatórios e o regime especial de emergência para o transporte coletivo.

Participaram da audiência virtual, representando outras prefeituras de todo o Brasil, o presidente da FNP e prefeito de Campinas (SP), Jonas Donizette; o vice-presidente da entidade e prefeito de Teresina (PI), Firmino Filho; e os prefeitos

de Aracaju (SE), Edvaldo Nogueira; Florianópolis (SC), Gean Loureiro; e Macapá (AP), Clécio Luís. A lista de participantes também incluiu os secretários de finanças de alguns municípios, como Vitor Puppi, da prefeitura de Curitiba (PR); e Giovanna Victor, da prefeitura de Niterói (RJ), entre outras autoridades.

Diante de um cenário de expressiva frustração de receitas, na contramão da crescente demanda nos serviços públicos, os prefeitos querem que o governo aja nas urgências do âmbito municipal. São defendidos o Regime Especial de Emergência para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Remetup), previsto no Projeto de Lei 3364/2020.

Os prefeitos também avaliam os desafios na aplicação do mínimo constitucional em educação em 2020, com as aulas presen-

ciais paralisadas; a suspensão de pagamento de precatórios; o prazo para adequação à Portaria da Previdência Social (Portaria nº 18.084/2020); e a Reforma Tributária.

#### DEBATE NO CONGRESSO

A comissão mista da Reforma Tributária recebe na próxima quarta-feira, dia 12, em audiência pública por videoconferência, o presidente do Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), Rafael Fonteles. Nesta semana, os parlamentares ouviram Guedes e sua equipe, que detalharam a proposta enviada ao Congresso pelo governo, o PL 3887/20, baseada na unificação do PIS com a Cofins para criação da Contribuição Social sobre Movimentação de Bens e Serviços (CBS). O texto é a primeira parte da reforma total planejada pelo Executivo. A comissão

mista retomou os trabalhos no dia 31 de julho para debater as três propostas de reforma tributária em análise no Congresso Nacional: além do projeto do Executivo, há também a PEC 110/2019, no Senado, e a PEC 45/2019, na Câmara.

Também nesta semana, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), defendeu a prioridade da reforma tributária para garantir um crescimento sustentável do País. Ele disse que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/19, que tramita na Câmara, tem apoio entre vários setores e instituições, como a OAB, e ressaltou que governadores e prefeitos apoiam o texto. Ele avalia que o Brasil adotou políticas de aumento da carga tributária para financiar o estado brasileiro, mas manteve um estado desigual e com distorções em várias áreas.

## Rui entrega 74 ambulâncias a vários municípios baianos

A área de saúde no interior do Bahia ganhou um reforço ontem. O governador Rui Costa entregou 74 ambulâncias e seis veículos administrativos para municípios de diferentes regiões do estado. A entrega ocorreu no Parque de Exposições com a presença de prefeitos, prefeitas e os deputados que destinaram suas emendas parlamentares para viabilizar a entrega dos veículos.

“Essas ambulâncias chegam em um momento muito oportuno. Já havíamos entregue uma quantidade na semana passada para os municípios da Bahia, e hoje entregamos mais 74 ambulâncias pra reforçar a atenção básica dos pacientes. Na próxima semana teremos uma nova entrega de mais uma quantidade de ambulâncias para quem sabe em breve chegar próximo ao número de 400 municípios com novas ambulâncias, dando assistência também aos pacientes de Covid-19”, afirmou o governador.

A entrega representa um investimento de aproximadamente R\$ 5 milhões e beneficia 63 municípios, o Hospital de Base de Vitória da Conquista e a Santa Casa de Oliveira dos Campinhos em Santo Amaro. Cinco veículos administrativos, incluindo uma picape modelo Ranger foram destinados a Feira de Santana e outro veículo para Ibipeba.

Entre as cidades que receberam uma ambulância nova está Nova Soure, que fica a 250 quilômetros de Salvador. O prefeito do município, Cassinho, afirma que o veículo melhora a prestação de serviço à população. “Nós temos muita demanda de transferência, de viagem, transferência, consulta e um equipamento novo como esse traz conforto, dignidade e respeito à população”.

Os municípios que receberam as ambulâncias são: Amargosa, Anagé, Andorinha, Aracatu, Barro Alto, Belmonte, Biritinga, Botuporã, Brejões, Cairu, Camamu, Campo Formoso, Candeias, Cândido Sales, Canudos, Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Coité, Crisópolis, Curaçá, Dom Basílio, Elísio Medrado, Esplanada, Euclides da Cunha, Filadélfia, Ibipeba, Igrapiúna, Ipecaetá, Ipirá, Iramaia, Itabuna, Itagimirim, Itaguaçu da Bahia, Itamari, Itiúba, Ituberá, Jandaíra, Lauro de Freitas, Licínio de Almeida, Maragogipe, Mascote, Miguel Calmon, Mirangaba, Morro do Chapéu, Nova Fátima, Nova Ibiá, Nova Soure, Olinópolis, Paulo Afonso, Pedro Alexandre, Pilão Arcado, Porto Seguro, Remanso, Rio Real, Rodelas, Santa Luz, Santo Amaro (Santa Casa de Oliveira dos Campinhos), Saubara, Serra Preta, Ubaíra, Ubatã, Uibaí e Vitória da Conquista.

## Guedes sinaliza a prefeitos retirar ISS da Reforma Tributária

MARINA BARBOSA, CORREIO BRASILIENSE

Ao mesmo tempo em que defende uma simplificação e unificação dos impostos, criando uma base ampla para a arrecadação para uma reforma tributária, o ministro da Economia, Paulo Guedes, vai na contramão do próprio discurso.

Logo após o secretário especial da Receita Federal prometer diálogo para criar um Imposto de Valor Agregado (IVA) que incida sobre bens e consumo, Guedes prometeu a prefeitos que não pretende apoiar a inclusão do Imposto Sobre Serviços (ISS) no bojo da reforma tributária que está sendo debatida no Congresso. "O ministro disse que apoia a tese de deixar o ISS fora, porque é o imposto do futuro e os prefeitos não podem abrir mão dessa receita", disse o vice-presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Firmino Filho, nesta sexta-feira (07/08) a jornalistas, logo após a reunião com o ministro.

Além de Firmino Filho, que é prefeito de Teresina, participaram da videoconferência com o chefe da equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro os prefeitos ACM Neto, de Salvador, Clécio Luiz, de Macapá, Edvaldo Nogueira, de Aracaju, e Gean Loureiro, de Florianópolis.

"O ministro é municipa-

lista, concorda com a questão de o ISS ser mantido nos municípios. É uma vitória dos prefeitos" revelou o presidente da FNP, Jonas Donizette, que disse também ter recebido apoio do presidente do Congresso, o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), para "as teses municipalistas". Segundo os prefeitos, Alcolumbre entrou na reunião de surpresa, porque estava visitando o prefeito de Macapá, e manifestou apoio aos municípios. O senador não deixou claro, contudo, seu posicionamento sobre essa questão específica do ISS. O Congresso vem defendendo a criação de um imposto único no Brasil.

De acordo com o vice-presidente da FNP, o ISS, além de ser uma das principais fontes de arrecadação dos municípios, tem um grande potencial de crescimento no médio e longo prazo. Afinal, incide sobre os serviços, que são cada vez mais importantes para a economia brasileira e serão cada vez mais comuns com o processo de transformação digital. Por isso, abrir mão do ISS na reforma tributária representaria uma grande perda de receita para os municípios. "Seria uma irresponsabilidade abrir mão em troca de nada, até mesmo porque o ministro disse que a União não compensará qualquer ente federativo por uma eventual perda", afirmou.

|                          |  |
|--------------------------|--|
| Veículo: Bahia Econômica |  |
| Data: 10/08/20           |  |



## REFORMA TRIBUTÁRIA FOCA EM REDUÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS E PODE AUMENTAR CARGA DE IMPOSTOS



admin 10 Agosto, 2020

A proposta de reforma tributária da equipe econômica do ministro Paulo Guedes prevê o desmonte de parte dos R\$ 320 bilhões concedidos hoje a dezenas de setores em benefícios tributários, mecanismo considerado vetor de distorções econômicas e concentrador de renda. Segundo reportagem do jornal Folha de S. Paulo, em sua primeira fase, serão eliminados quase R\$ 70 bilhões desses incentivos, o que representa cerca de 1% do PIB (Produto Interno Bruto).

Isso ocorreria pela substituição dos tributos PIS e Cofins pela nova CBS (Contribuição sobre Operações com Bens e Serviços), com alíquota de 12%. Mesmo assim, o total de benefícios tributários permanecerá muito acima do montante de antes dos governos do PT (Lula e Dilma), que escalaram esses incentivos do equivalente a 2% do PIB para 4,5%.

Ainda de acordo com a Folha, o governo federal alega que a retirada dos benefícios sobre PIS e Cofins não resultará em aumento da carga tributária, mas há dúvidas sobre se parte dos R\$ 70 bilhões não ficará no caixa da Receita Federal. Segundo Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, os 12% incidentes sobre a nova CBS foram fixados de modo que o fim dos incentivos não aumente a carga tributária.

Foto: Alan Santos/PR

|                     |          |
|---------------------|----------|
| Veículo: Bocão News | Política |
| Data: 10/08/20      |          |



*Política*

## *Reforma corta R\$ 70 bi em benefícios fiscais e pode elevar carga tributária*



10 de Agosto de 2020 às 06:04 Por: Agência Brasil Por: Folhapress 0 comentários

A proposta de reforma tributária do governo federal prevê o desmonte de parte dos R\$ 320 bilhões concedidos hoje a dezenas de setores em benefícios tributários, mecanismo considerado vetor de distorções econômicas e concentrador de renda.

Em sua primeira fase, a reforma eliminaria quase R\$ 70 bilhões desses incentivos, o que representa cerca de 1% do PIB (Produto Interno Bruto).

Isso ocorreria pela substituição dos tributos PIS e Cofins pela nova CBS (Contribuição sobre Operações com Bens e Serviços), com alíquota de 12%.

Mesmo assim, o total de benefícios tributários permanecerá muito acima do montante de antes dos governos do PT (Lula e Dilma), que escalaram esses incentivos do equivalente a 2% do PIB para 4,5%.

O governo federal alega que a retirada dos benefícios sobre PIS e Cofins não resultará em aumento da carga tributária, mas há dúvidas sobre se parte dos R\$ 70 bilhões não ficará no caixa da Receita Federal.

Segundo Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, os 12% incidentes sobre a nova CBS foram fixados de modo que o fim dos incentivos não aumente a carga tributária.

“O ganho fiscal [com o fim dos incentivos] foi convertido em uma alíquota menor. Ela teria de ser superior a 12% para termos ganhos de arrecadação”, afirma.

A CBS prevê o fim de um complicado sistema de uma centena de regimes especiais que representam os benefícios tributários —e a eliminação da cobrança do tributo “por dentro”, que inclui o valor do próprio imposto em sua base de cálculo.

Estudo da Fundação Getúlio Vargas sustenta, no entanto, que a primeira fase da reforma proposta pelo governo (a fusão de PIS e Cofins na nova CBS) elevaria o recolhimento federal em R\$ 50,3 bilhões.

A nova CBS pesaria mais nos serviços consumidos pelos que pagam mensalidades escolares, profissionais de saúde, advogados e arquitetos, entre outros.

Muitas dessas atividades recolhem hoje 3,65% de PIS/Cofins e distribuem cerca de 85% do que faturam sem pagar impostos.

Malaquias afirma que não haverá aumento da carga porque a base de incidência da nova CBS em relação ao PIS/Cofins foi reduzida de R\$ 8 trilhões para cerca de R\$ 6,2 trilhões —o novo tributo, portanto, alcançaria menos pagantes.

Apesar do fim dos benefícios hoje incidentes sobre PIS e Cofins, a CBS manterá alguns incentivos e regimes especiais correspondentes aos antigos impostos, a um custo fiscal anual de R\$ 55,4 bilhões.

Com a nova CBS, ficam mantidos, por exemplo, os benefícios na tributação de micro e pequenas empresas pelo Simples (R\$ 28,3 bilhões) e na cesta básica (R\$ 16 bilhões).

A Zona Franca de Manaus também segue incentivada, com um total de R\$ 9,6 bilhões. Nesse caso, os produtores terão um crédito presumido de 25% da nova CBS incidente sobre a venda de produção própria.

A agricultura/agroindústria e os transportes coletivos também mantêm incentivos, de R\$ 804 milhões e R\$ 694 milhões, respectivamente.

O objetivo do Ministério da Fazenda é que o total de benefícios tributários no Brasil diminua dos atuais 4,2% do PIB (R\$ 320 bilhões) para 2% em dez anos, meta que chegou a constar na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2019.

Alguns economistas consideram fundamental a redução desses incentivos, que seriam concentradores de renda (pois protegem setores específicos) e teriam gerado poucos benefícios em termos de atividade econômica e aumento da arrecadação.

“Em um sistema normal, a tributação deve ser igual para todos, com transparência e sem uma inacreditável quantidade de casos com regras particulares”, diz Marcos Lisboa, presidente do Insper e colunista da Folha.

Lisboa costuma usar a expressão “meia-entrada” para descrever o processo em que alguns grupos obtêm privilégios e benefícios do governo que acabam distorcendo e debilitando a economia.

Para o economista Alexandre Manoel, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), embora o fim dos benefícios possa resultar em aumento da carga tributária, ele é bem vindo por tratar todos os agentes econômicos “horizontalmente”.

Manoel suspeita que boa parte da diminuição da capacidade do governo nos últimos anos de produzir superávits primários (economia para reduzir a dívida pública) tenha relação com o aumento dos benefícios tributários, que diminuiriam a receita federal.

“Isso ocorreu sem que houvesse ganhos para o PIB ou na arrecadação”, afirma.

Análise recente do Banco Mundial sobre os resultados das política de benefícios fiscais de Brasil, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Holanda e México concluiu que apenas o caso brasileiro resultou em uma combinação de aumento dos gastos tributários e redução da arrecadação.

Para Felipe Salto, da IFI (Instituição Fiscal Independente), do Senado, o Brasil deveria ter uma avaliação periódica dos resultados de seus incentivos, a exemplo da chamada “spending review” (revisão de gastos) adotada pelos países avançados.

“O Brasil tem um engessamento de quase 94% de sua despesa total, e o pequeno espaço que sobra deveria ser direcionado às políticas que apresentem melhores resultados.”

Os benefícios tributários no Brasil representam cerca de 23% das receitas administradas pela Receita Federal e, do ponto de vista regional, também são considerados fontes de desigualdades.

Segundo estudo do Ministério da Economia, os estados mais pobres, como Maranhão, Piauí, Acre, Alagoas, Pará e Paraíba, receberam menos de um terço da média nacional dos benefícios tributários per capita em 2018.

Já Amazonas (por causa da Zona Franca), Santa Catarina e São Paulo se beneficiaram mais de renúncias tributárias proporcionalmente ao que contribuíram para o PIB.

Para o economista Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central e colunista da Folha, a revisão e a diminuição dos benefícios tributários são bem-vindas. Mas ele considera difícil o Brasil escapar, neste momento, de uma elevação da carga tributária como resultado da reforma de seu sistema de impostos.

“Não vejo como o Brasil atravessar esse período de forte aumento do endividamento público [por conta das medidas contra os efeitos da Covid-19] sem uma elevação de impostos no curto prazo”, afirma.

# mercado

## Reforma corta R\$ 70 bi em benefícios e pode elevar carga tributária

Considerados ineficazes e concentradores, incentivos fiscais deram salto na gestão PT e chegaram a R\$ 320 bi

Fernando Canzian

SÃO PAULO A proposta de reforma tributária do governo federal prevê o desmonte de parte dos R\$ 320 bilhões concedidos hoje a dezenas de setores em benefícios tributários, mecanismo considerado vetor de distorções econômicas e concentrador de renda. Em sua primeira fase, a reforma eliminará quase R\$ 70 bilhões desses incentivos, o que representa cerca de 1% do PIB (Produto Interno Bruto).

Isso ocorrerá pela substituição dos tributos PIS e Cofins pela nova CBS (Contribuição sobre Operações com Bens e Serviços), com alíquota de 12%. Mesmo assim, o total de benefícios tributários permanecerá muito acima do montante de antes dos governos do PT (Lula e Dilma), que escalaram esses incentivos do equivalente a 2% do PIB para 4,5% (ver quadro).

O governo federal alega que a redução dos benefícios sobre PIS e Cofins não resultará em aumento da carga tributária, mas há dúvidas sobre se parte dos R\$ 70 bilhões não ficará na caixa da Receita Federal. Segundo Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, os 12% incidentes sobre a nova CBS foram fixados de modo que o fim dos incentivos não aumente a carga tributária. "O ganho fiscal [com o fim dos incentivos] foi convertido em uma alíquota menor. Ela teria de ser superior a 12% para termos ganhos de arrecadação", afirma.

A CBS prevê o fim de um complicado sistema de uma centena de regimes especiais que representam os benefícios tributários — e a eliminação da cobrança do tributo "por dentro", que inclui o valor do próprio imposto em sua base de cálculo.

Estudo da Fundação Getúlio Vargas sustenta, no entanto, que a primeira fase da reforma proposta pelo governo (a fusão de PIS e Cofins na nova CBS) elevaria o recolhimento federal em R\$ 50,3 bilhões.

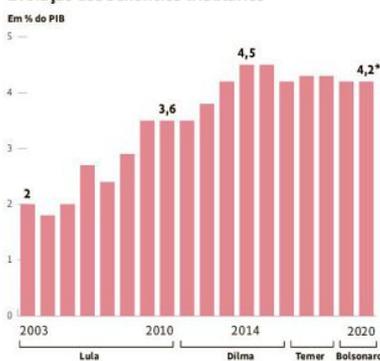
A nova CBS pesaria mais nos serviços consumidos pelos que pagam mensalidades escolares, profissionais de saúde, advogados e arquitetos, entre outros. Muitas dessas atividades recolhem hoje 3,65% de PIS/Cofins e distribuem cerca de 85% do que faturam sem pagar impostos.

Malaquias afirma que não haverá aumento da carga porque a base de incidência da nova CBS em relação ao PIS/Cofins foi reduzida de R\$ 8 trilhões para cerca de R\$ 6,2 trilhões — o novo tributo, portanto, alcançaria menos pagantes.

Apesar do fim dos benefícios hoje incidentes sobre PIS e Cofins, a CBS manterá alguns incentivos e regimes especiais correspondentes aos antigos impostos, a um custo fiscal anual de R\$ 55,4 bilhões. Com a nova CBS, ficam mantidos, por exemplo, os benefícios na tributação de micro e pequenas empresas pelo Simples (R\$ 28,3 bilhões) e na cesta básica (R\$ 16 bilhões).

A Zona Franca de Manaus também segue incentivada, com um total de R\$ 9,6 bilhões. Nesse caso, os produtores terão um crédito presumido de 25% da nova CBS incidente sobre a venda

Evolução dos benefícios tributários



R\$ 320,8 bi\* em 2020

| Benefícios tributários afetados pela reforma (por tributo) | Em R\$ bilhões** | Em % do total |
|--|------------------|---------------|
| Cofins   | 65,4             | 22,7          |
| PIS-Pasep  | 12,7             | 4,4           |

| Outros benefícios tributários (por tributo) | Em R\$ bilhões** | Em % do total |
|---|------------------|---------------|
| CPS   | 60,5             | 21            |
| IRPF  | 50,1             | 17,4          |
| IRPJ  | 47,4             | 16,5          |
| IPI interno                                 | 22,7             | 7,9           |
| IRRF  | 10,5             | 3,7           |
| CSLL  | 9,8              | 3,4           |
| IPI importação                              | 2,6              | 0,9           |
| IOF   | 2,6              | 0,9           |
| II  | 2,4              | 0,8           |
| AFRMM                                       | 0,8              | 0,3           |
| ITR   | 0,04             | 0,01          |

| Maiores gastos tributários hoje (por item/área)                    | Em R\$ bilhões** | Em % do total |
|--|------------------|---------------|
| Simples Nacional   | 71,8             | 21            |
| Rendimentos Isentos e Não Tributáveis - IRPF                       | 30,3             | 17,4          |
| Entidades Sem Fins Lucrativos                                      | 26,7             | 16,5          |
| Agricultura e Agroindústria  | 25,3             | 7,9           |
| Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio                    | 19,5             | 3,7           |
| Deduções do Rendimentos Tributável - IRPF                          | 19,1             | 3,4           |
| Medicamentos, Prod. Farmacêuticos e Equip. Médicos                 | 14,7             | 0,9           |
| Desoneração da Folha de Salários                                   | 13,7             | 0,9           |
| Benefícios do Trabalhador  | 11,4             | 0,8           |
| Poupança e Títulos de Crédito - Setor Imobiliário e do Agronegócio | 9,5              | 0,3           |
| Outros   | 45,7             | 0,01          |

- \* Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
- \*\* PIS-Pasep - Contribuição Social
- CPS - Contribuição para a Previdência Social
- IRPF - Imposto sobre a Renda Pessoa Física
- IRPJ - Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica
- IPI interno - Imposto sobre Produtos Industrializados
- IRRF - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte
- CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
- IPI importação - Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação
- IOF - Imposto sobre Operações Financeiras
- II - Imposto sobre Importação
- AFRMM - Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante
- ITR - Imposto sobre Propriedade Territorial Rural

\*Estimativa \*\*Valores em 2017 Fontes: Orçamento de Subsídios da União e Receita Federal

de produção própria. Agricultura/agroindústria e os transportes coletivos também mantêm incentivos, de R\$ 80,4 milhões e R\$ 69,4 milhões, respectivamente.

O objetivo do Ministério da Fazenda é que o total de benefícios tributários no Brasil diminua dos atuais 4,2% do PIB (R\$ 320 bilhões) para 2% em dez anos, meta que chegou a constar na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2019. Alguns economistas consideram fundamental a redução desses incentivos, que seriam concentradores de renda (pois protegem setores específicos) e teriam gerado poucos benefícios em termos de atividade econômica e aumento da arrecadação.

"Em um sistema normal, a tributação deve ser igual para todos, com transparência e sem uma inacreditável quantidade de casos com regras particulares", diz Marcos Lisboa, presidente do Insuper e colunista da Folha.

Lisboa costuma usar a expressão "meia-entrada" para descrever o processo em que alguns grupos obtêm privilégios e benefícios do governo que acabam distorcendo e debilitando a economia.

Para o economista Alexandre Manoel, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), embora o fim dos benefícios possa resultar em aumento da carga tributária, ele é bem vindo por tratar todos os agentes econômicos "horizontalmente". Manoel suspeita que boa parte da diminuição da capacidade do governo nos últimos anos de produzir superávits primários (economia para reduzir a dívida pública) tenha relação com o aumento dos benefícios tributários, que diminuíram a receita federal.

"Isso ocorreu sem que houvesse ganhos para o PIB ou na arrecadação", afirma. Análise recente do Banco Mundial sobre os resultados das políticas de benefícios fiscais de Brasil, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Holanda e México concluiu que apenas o caso brasileiro resultou em uma combinação de aumento dos gastos tributários e redução da arrecadação.

Para Felipe Salto, da IFI (Instituição Fiscal Independente), do Senado, o Brasil deveria ter uma avaliação periódica dos resultados de seus incentivos, a exemplo da chamada "spending review" (revisão de gastos) adotada pelos países avançados.

"O Brasil tem um engessamento de quase 94% de sua despesa total, e o pequeno espaço que sobra deveria ser direcionado às políticas que apresentem melhores resultados."

Os benefícios tributários no Brasil representam cerca de 23% das receitas administradas pela Receita Federal, e do ponto de vista regional, também são consideradas fontes de desigualdades.

Segundo estudo do Ministério da Economia, os estados mais pobres, como Maranhão, Piauí, Acre, Alagoas, Pará e Paraíba, receberam menos de um terço da média nacional dos benefícios tributários per capita em 2018. Já Amazonas (por causa da Zona Franca), Santa Catarina e São Paulo se beneficiaram mais de renúncias tributárias proporcionalmente ao que contribuíram para o PIB.

Para o economista Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central e colunista da Folha, a revisão e a diminuição dos benefícios tributários são bem-vindas. Mas ele considera difícil o Brasil escapar, neste momento, de uma elevação da carga tributária como resultado da reforma de seu sistema de impostos.

"Não vejo como o Brasil atravessar esse período de forte aumento do endividamento público [por conta das medidas contra os efeitos da Covid-19] sem uma elevação de impostos no curto prazo", afirma.

## Ricardo Eletro demite 3.500, fecha lojas e pede recuperação

Júlia Moura

SÃO PAULO A Máquina de Vendas, controladora das varejistas Ricardo Eletro, Insinuante, City Lar, Salfer e EletroShopping, entrou com pedido de recuperação judicial na última sexta-feira (7), na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo (SP).

A empresa, que estava em recuperação extrajudicial desde 2019, também decidiu fechar todas as suas lojas físicas e focar no comércio eletrônico. No processo, cerca de 3.500 funcionários ligados à operação física foram demitidos. Sobram mil, sendo 850 de suporte, ligados à logística e entrega, e 150 no escritório.

Segundo a varejista, a pandemia de Covid-19 interrompeu o seu processo de retomada com a reestruturação da rede, após troca na administração no segundo semestre de 2019.

"Ricardo Eletro, assim como grande parte do setor varejista, vem enfrentando os impactos da pandemia de forma avassaladora", diz nota à imprensa, que cita "estrangulamento de caixa provocado pelas necessárias medidas de distanciamento social".

A companhia também relata dificuldades no recebimento de produtos chineses para renovação de estoque desde janeiro, com a paralisação de fornecedores.

"Nesse contexto, a recuperação judicial mostra-se como o caminho mais viável para que a empresa siga com suas operações e promova a reorganização administrativa e financeira necessária para superar a situação momentânea de crise e ajustar-se estruturalmente para a nova realidade com varejo, no pós-pandemia."

A Máquina de Vendas cita necessidade de adequar o tamanho da companhia e os custos fixos considerando dificuldades a médio prazo.

Com o crescimento do e-commerce na pandemia, o número de visitantes diários no site da Ricardo Eletro foi de 50 mil em março para 350 mil em agosto. A empresa também expandiu seu marketplace e passou a ofertar produtos médicos e alimentícios.

Outra aposta é a implementação de revendedores, semelhante ao modelo da Natura.

"Um ponto forte da marca é o regionalismo, atendendo fora dos grandes centros, algo que vamos expandir com nossos revendedores, que vão poder auxiliar o cliente com a venda assistida", diz Ana Gárrni, responsável pela transformação digital da Ricardo Eletro. Os revendedores, que podem ser pessoa física ou jurídica, ganham, em média, 12% e 15% de comissão dos serviços financeiros e produtos vendidos, todos disponíveis no site.

Já são 1.500 revendedores cadastrados. Destes, 100 são ex-funcionários das lojas físicas da Ricardo Eletro. "Queremos chegar a 15 mil parcelas até o fim de ano", diz Ana.

As 320 lojas físicas da rede estavam temporariamente fechadas ao público devido à pandemia. Destas, 30% chegaram a reabrir, mas tiveram que fechar por determinações de governos estaduais ou municipais.

No momento, 313 já foram fechadas definitivamente e sete encerram as atividades nos próximos dias.

A empresa afirma ainda que todas as compras e entregas serão atendidas nos prazos.

Ricardo Eletro foi fundada por Ricardo Nunes no interior de Minas Gerais, em 1989. Ela chegou a ter mais de 1.100 lojas pelo Brasil, com mais de 12 mil colaboradores diretos, sendo o 5º maior varejista do país em 2011, segundo o ranking elaborado pelo Ibevar (Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado).

Em 2019, ela foi a 2ª maior do mesmo ranking, com receita anual estimada em R\$ 5,5 bilhões. Hoje, a empresa é controlada pela MV Participações, que teve Nunes como diretor até 9 de outubro de 2019. Na mesma data, Pedro Henrique Torres Bianchi foi escolhido diretor da MV Participações e, em janeiro, o executivo assumiu a presidência da Máquina de Vendas.

Em julho, Nunes foi preso na operação Direto com o Dono, que investiga suposta sonegação fiscal de R\$ 387 milhões de ICMS e lavagem de dinheiro em empresas controladas pelo empresário.

## Claro, Vivo e Tim terão negociação exclusiva com Oi

SÃO PAULO A TIM Brasil, a Telefônica Brasil (Vivo) e a Claro obtiveram exclusividade para negociar a compra da unidade móvel da Oi, em acordo celebrado nesta sexta-feira (7).

O trio ofereceu, em proposta conjunta, R\$ 16,5 bilhões pela Oi Móvel. A negociação também envolve contratos de longo prazo para uso da infraestrutura de rede da operadora.

O acordo de exclusividade tem vigência inicial até o dia 11 de agosto de 2020, sendo automaticamente renovado por períodos iguais, a menos qualquer uma das quatro empresas se oponha.

"O acordo visa garantir segurança e celeridade às tratativas em curso e permitir que, uma vez satisfatoriamente finalizadas as negociações entre as partes, as ofertantes possam ser prequalificadas na condição de primeiro proponente, garantindo assim o direito de cobrar outras propostas", diz nota relevante da Telefônica.

Na última segunda (3), expirou acordo semelhante que a Oi tinha com a Highline do Brasil, uma empresa da companhia americana de private equity Digital Colony.

A Highline apresentou

oferta para a unidade móvel da Oi em 18 de julho, contemplando o valor mínimo estabelecido pela operadora de R\$ 15 bilhões. Quatro dias depois, o trio brasileiro apresentou sua proposta.

A Oi manteve conversa exclusiva com a Highline depois disso, mas decidiu encerrá-la depois que a empresa do portfólio da Digital Colony não aumentou sua oferta.

A Highline também apresentou propostas para outras duas unidades da Oi, uma de aquisição da unidade de torre da Oi por R\$ 1,8 bilhão outra para a unidade de fibra da empresa.

Ao contrário da Highline, que tem uma presença tímida no Brasil, Claro, Vivo e TIM devem ser submetidas a um exame anticoncorrencial mais criterioso, pois já são as três maiores empresas do país.

De acordo com dados da consultoria Telex de maio, a Oi é a quarta colocada no mercado de telefonia móvel no país, com participação de 16,28%. A primeira é a Vivo, com 33,01%, seguida pela Claro/Nexel, com 25,97%, e pela TIM, com 23,20%.

A Oi pediu recuperação judicial em 2016 com uma dívida, à época, de R\$ 65 bilhões.

Com Reuters

# Nova Inteligência Artificial

Avanço pode mudar radicalmente várias atividades humanas

**Ronaldo Lemos**

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

Em 1966, um professor do MIT criou um programa capaz de conversar por texto, chamado Eliza. Ele dava a impressão de entender o que as pessoas teclavam. Muita gente apegou-se emocionalmente a ele (o chamado "efeito Eliza"). Seu truque era devolver para o usuário com algumas modificações aquilo que ele mesmo dizia.

Corte para 2020. Acaba de surgir um dos avanços espantosos na história da inteligência artificial. Seu nome é GPT-3 (Transformador Generativo Pré-Treinado 3). Ele é capaz de entender

qualquer frase, autocompletar, responder e criar padrões como se fosse um ser humano. Diferente do Eliza, suas capacidades são de fazer o ofício lombard inferior cair das nédegas.

Esse avanço pode mudar radicalmente várias atividades humanas. Uma forma simplificada de entender é pensar no GPT-3 como o mais poderoso autocompletar já construído. O sistema foi treinado com um conjunto gigantesco de dados e, por isso, consegue resolver problemas de forma tão chocante. Por exemplo, consegue escre-

ver ensaios inteiros coerentes e bem-articulados sobre temas complexos. Mais do que isso, pode escrever encarnando personalidades famosas (como Jane Austen dissertaria sobre blockchain? O que Harry Potter tem a dizer sobre a queda do PIB dos EUA?). Em problemas similares, o GPT-3 vem impressionando.

Mais do que isso, o GPT-3 é capaz de gerar tablaturas musicais com base em poucos parâmetros (exemplo: escreva uma música de guitarra chamada Noites Tórridas de Verão, com nome artístico de

Banda Beijo). Com poucas informações, tablaturas surgem prontas para execução.

Consegue também desenhar, completar figuras em sequência, preencher tabelas de Excel e programar. Exemplos: desenha um triângulo azul (ele surge); preencha um Excel com empresas de tecnologia por tamanho de faturamento (planilha surge); crie um programa que gera um botão vermelho para o meu aplicativo (código de programação surge).

Para nós, advogados, há muitas aplicações. Para criar

uma petição, basta dizer qual é a causa e o GPT-3 redige todo o texto, já com citações da lei e de decisões apoiando o caso.

O GPT-3 é obra da Open AI, organização que era sem fins lucrativos e virou empresa. A OpenAI oferece acesso ao sistema (API) para entidades parceiras desenvolverem novas aplicações, mediante pagamento.

Há inúmeros problemas também: discriminação e preconceitos vergonhosos, questões éticas incontornáveis. E o problema central: saber se a resposta do GPT-3 está certa. Ele pode gerar respostas incríveis e totalmente erradas.

Qual o impacto para o Brasil? Em princípio, desigualdade. Na língua portuguesa não existem repositórios vastos e bem organizados como em inglês para treinar uma aplicação assim. Em outras palavras, não vai funcionar bem para quem falar português. Essa, aliás, deveria ser uma

missão nacional. Criar um plano nacional de inteligência Artificial e começar o longo esforço de reunir bases de dados nacionais que permitam brasileiros treinar IA's locais (incluindo arquivos públicos, transcrição de debates do legislativo, do judiciário, do executivo etc.), como fizeram outros países (várias ferramentas de IA foram treinadas com transcrições do Parlamento Europeu).

De outro modo, permaneceremos consumidores e não criadores de inovações assim. A nós caberia só o espanto. Aos outros causá-lo e vendê-lo.

**READER**

**Já era** Achar que inteligência artificial pode gerar consciência **Já é** Tentar fazer um computador criar consciência como se fosse humano, sem sucesso **Já vem** Constatar que o que faz uma inteligência artificial funcionar é volume de dados usado para treiná-la

# Guedes quer análise prévia de impacto fiscal de projetos

Nota técnica diz que proposta tira independência do Legislativo; dispositivo está no projeto da LDO de 2021

**Thiago Resende e Bernardo Caram**

BRASÍLIA O governo apresentou uma proposta que, na avaliação de técnicos do Congresso, poderá travar projetos econômicos apresentados por deputados e senadores.

Pelo dispositivo, projetos que reduzam a arrecadação dos cofres públicos serão encaminhados ao Ministério da Economia para uma avaliação sobre o efeito fiscal.

Esse mecanismo foi inserido na proposta de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2021, que está em tramitação no Congresso. A LDO define as regras para elaboração e alterações no Orçamento.

"A prevalência do texto do projeto [da LDO], as proposições com origem no Congresso Nacional estariam sujeitas a uma manifestação prévia de outro Poder", diz nota técnica do Legislativo.

Para os técnicos, isso é irregular, pois o Congresso deixaria de ser independente.

Deputados e senadores têm a prerrogativa de apresentar propostas legislativas inclusive na área econômica.

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que atos que criarem ou aumentarem despesas deverão apresentar estimativa de impacto fiscal, comprovação de que a meta não será afetada e compensação por meio de aumento de receita ou corte de outro gasto.

A norma, no entanto, não estabelece que proposições apresentadas pelo Legislativo precisam passar por validação prévia do Executivo.

O auxílio emergencial, que tem custo aos cofres públicos, por exemplo, foi anunciado pelo governo, mas foi incluído num projeto de iniciativa parlamentar. O benefício emergencial foi criado para atender trabalhadores informais e desempregados durante a pandemia do novo coronavírus.

A pasta alega ainda que esses princípios já fazem parte da Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000, e na LDO de 2020.

No entanto, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020 é muito mais enxuta, com apenas um artigo sobre o tema, e com um dispositivo que, segundo técnicos do Congresso, deixa claro que a medida vale apenas para projetos apresentados pelo Executivo.

O plano do ministro Paulo Guedes (Economia) para a LDO de 2021 é que os projetos que mexem com tributos, taxas e outras formas de arrecadação estejam acompanhados de um estudo sobre o impacto da medida e mostrar que a proposta não irá dificultar o alcance das metas fiscais no ano.

No caso de mudança em tributos recolhidos pela Receita Federal (que representam quase a totalidade da arrecadação da União), o órgão precisaria dar uma declaração formal sobre o projeto de lei não há prazo para isso.

Em outro trecho da proposta de LDO, o governo quer que projetos legislativos que possam resultar em corte de receita sejam encaminhados para análise e emissão de parecer dos órgãos orçamentários do Executivo. O texto também não prevê um rito para isso.

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) usa trechos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da LDO de 2020 (como prever uma forma de compensar a perda de receita) para vetar medidas aprovadas pelo Congresso, alegando incompatibilidade com as normas de preservação das contas públicas.

Se o projeto das diretrizes orçamentárias de 2021 per-

manecer dessa forma, o presidente poderia usar os dispositivos questionados para derrubar projetos aprovados no Congresso sem os pareceres do Ministério da Economia e que não seguiriam o processo defendido por Guedes, afirma um dos autores da nota técnica.

O Congresso tem o poder de modificar a proposta de LDO do próximo ano. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), ainda não marcou a votação desse texto. Em outro trecho do documento, a área técnica do Congresso ainda questiona a legalidade de outra inovação feita pela equipe econômica ao propor uma meta fiscal fluante para 2021.

Diante das incertezas sobre o futuro da economia, o time de Guedes pediu autorização para ajustar essa obrigação do Orçamento ao longo do tempo se as projeções de arrecadação sofrerem mudanças.

A nota técnica do Legislativo afirma que o mecanismo é inócuo para a gestão fiscal e ressalta que a medida parece não atender às exigências impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O documento ainda diz que a regra pode constituir infração administrativa porque a LDO foi apresentada sem conter as metas fiscais na forma da lei.

Pela proposta do governo, a meta não terá valor fixo e partirá das estimativas definidas pelo teto de gastos, regra que limita as despesas públicas à variação da inflação. Esse valor será descontado das receitas projetadas para o ano pelo governo.

Na prática, se a projeção de receitas cair, a meta será afrouxada, com permissão para um rombo maior.

# Twitter e TikTok têm conversa prévia sobre combinação de suas operações

WASHINGTON | THE WALL STREET JOURNAL O Twitter teve negociações preliminares sobre uma potencial combinação com o TikTok, popular aplicativo de compartilhamento de vídeos que o governo Trump declarou ameaça à segurança nacional por ser de propriedade chinesa, segundo pessoas informadas sobre o assunto. Não está claro se o Twitter vai tentar um negócio com o TikTok, o qual enfrentaria de-

saífos importantes. Um acordo envolveria as operações nos EUA, segundo as fontes.

A Microsoft está negociando há semanas com a dona do TikTok, ByteDance Ltd., sediada em Pequim, e é considerada a melhor colocada para um possível negócio.

O Twitter é considerado um candidato distante, já que é muito menor que a Microsoft e teria mais dificuldade para pagar pelo negócio e a gigan-

te do software está mais avançada nas negociações.

A Microsoft disse em 2 de agosto que está tentando um acordo, e que seu executivo-chefe, Satya Nadella, discutiu a questão com o presidente Donald Trump.

A empresa negocia a compra das operações do TikTok nos EUA, na Austrália, no Canadá e na Nova Zelândia. Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

COMPRE E RECEBA SEM SAIR DE CASA

★ ★ ★

Coleção Folha O Melhor de

## Agatha Christie

**Suspeito é se você não colecionar.**

O único mistério que não precisa ser desvendado: Agatha Christie é a Rainha do Crime. Nessa seleção de 24 livros, você poderá explorar os melhores romances policiais da literatura mundial na presença dos personagens memoráveis Hercule Poirot e Miss Marple, e suas inusitadas e complexas investigações.

Na compra do Vol. 1

**GRÁTIS VOL. 2**

Apenas **R\$ 19,90\*** cada volume

**ASSINANTE:** na compra da coleção completa, ganhe 4 livros e o frete! Ligue (11) 3224 3090 (Grande São Paulo) ou 0800 775 8080 (outras localidades).

folha.com.br/agathachristie

\*frete e frete grátis para os Estados de SP, RJ, MG, PR. Para outras localidades, consulte folha.com.br/agathachristie

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2019 - NOVA DATA  
Objeto: Contratação de empresa para execução das obras do sistema de proteção contra descargas atmosféricas e iluminação de emergência. Local: Rua Rosa e Silva, 80, 9º andar, Higienópolis, São Paulo/SP. Nova Data: dia 17/08/2020 às 11h00m. Estar no site www.crdsp.org.br ou no endereço citado acima.

**ASSINE A FOLHA**  
folha.com/assine

**F** ★ ★



|                              |                          |
|------------------------------|--------------------------|
| <b>Veículo: Estadão</b>      |                          |
| <b>Data: 08 a 10.08.2020</b> | <b>Caderno: Economia</b> |



## Necessária, reforma tributária do governo falha em alíquota e pode impactar serviços

**Nicholas Coppi e Eduardo Galvão\***

09 de agosto de 2020 | 08h00

Há muito se aponta, como um dos entraves para o crescimento da economia brasileira, a complexidade do sistema tributário nacional. Um estudo divulgado pelo Banco Mundial constatou que, no Brasil, gasta-se 1.958 horas e R\$ 60 bilhões por ano com a denominada “burocracia tributária”. E é exatamente por esse quadro que, constantemente, discutimos projetos de reformas.

No momento, há em discussão uma proposta oriunda da Câmara dos Deputados (PEC 45/2019), outra advinda do Senado (PEC 110/2019) e, agora, o PL 3.887/2020, do Governo Federal.

O Projeto de Lei, primeira das quatro medidas que serão apresentadas pelo Governo para reforma da tributação federal, propõe a substituição do PIS e da COFINS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”). Tal qual o PIS/COFINS, esse novo tributo incidiria sobre a receita bruta das pessoas jurídicas. De início, vale o elogio à adaptação realizada no PL com o intuito de compatibilizá-lo com os textos das

PEC's 45 e 110, que objetivam uma mais ampla e profunda reformulação de todo o sistema tributário nacional.

A necessidade de modificações na sistemática do PIS e COFINS é indiscutível. As incongruências de tais contribuições representam 25% dos processos em que a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) atua no STJ (Superior Tribunal de Justiça) e 22 temas no STF (Superior Tribunal Federal), com repercussão geral, travando mais de 10 mil processos, além do igualmente imenso litígio nos tribunais administrativos.

Nesse sentido, temos por louvável a proposta do Governo Federal em criar um único tributo de apuração simplificada, o que reduziria a enormidade de obrigações acessórias (formulários e declarações impostos ao contribuinte para fins de fiscalização, apuração e recolhimento do tributo) então existentes com as atuais contribuições do PIS/COFINS e, com isso, diminuindo significativamente o dispêndio de tempo e recursos financeiros para o cumprimento da burocracia tributária, materializando-se a propalada simplificação do sistema.

Inclusive, 'Simplificação e menor custo' é um dos oito princípios do Projeto de Lei, acompanhando da 'Segurança Jurídica', 'Transparência', 'Maior equidade e fim do privilégio', 'Combate à evasão e sonegação', 'Neutralidade nas decisões econômica' e 'Mais investimentos e mais emprego'.

Igualmente, deve ser elogiado o tratamento que se pretende atribuir à nova CBS como um tributo realmente não-cumulativo, isto é, no qual toda a aquisição de bens e serviços vinculados à atividade empresarial

propiciariam o aproveitamento do crédito do tributo destacado na nota fiscal. Somente essa novidade encerrará a imensa, e antiga, discussão travada entre contribuintes e Fisco a respeito do conceito de insumo para fins de crédito de PIS/COFINS.

O projeto prevê, ainda, a exclusão de outras taxas da base de cálculo da nova contribuição, colocando um fim à incidência de tributo sobre tributo, bem como possibilitando uma visualização clara para o contribuinte sobre o valor efetivamente pago a título de imposto no preço do bem ou do serviço, o que vai ao encontro de um cenário de maior transparência fiscal.

Sem prejuízo desses diversos pontos positivos, um aspecto muito debatido, desde a apresentação da proposta, diz respeito à alíquota padrão da CBS de 12% sobre a receita bruta da atividade empresarial, substituindo os principais regimes de tributação do PIS/COFINS com alíquotas de 3,65% (regime cumulativo) e 9,25% (regime não cumulativo). No modelo apresentado pelo Governo Federal, com exceção das empresas do setor de combustível e cigarro (regime monofásico) e das instituições financeiras e afins (alíquota de 5,8%), todos os demais setores, a despeito de suas peculiaridades, serão submetidos à taxa padrão de 12%.

Não estão claros os critérios de que se valeu o Ministério da Economia para se chegar a esta alíquota, embora tal afirmação conste da exposição de motivos do PL 3887/20 apresentada pelo Ministro Paulo Guedes, acompanhado da assertiva de que não haverá majoração da carga tributária global com as mudanças propostas.

Tais afirmações, entretanto, não se sustentam, criando um cenário de incerteza para diversos segmentos da sociedade. Neste aspecto, é certo que o setor de serviços será o mais impactado, sofrendo um brutal aumento da carga tributária com a incidência de 12%, sobretudo para aqueles prestadores de serviços de médio porte, hoje tributados à alíquota de 3,65% do PIS/COFINS. E isso se dará por dois fatores: o aumento nominal para excessivos 12%, aliado ao fato de que o maior custo dos prestadores de serviços é a mão de obra qualificada, da qual não se poderá apropriar crédito de CBS, tornando o regime não cumulativo praticamente nulo para esse setor, majorando, em contrapartida, substancialmente, a sua carga tributária.

Diante desse contexto, é de se esperar que os preços sejam calibrados e repassados ao consumidor, criando evidente cenário de conotação inflacionária, justamente quando vivemos uma crise sanitária sem precedentes, causadora de uma das piores conjunturas econômicas da história.

Ao desconsiderar as especificidades do setor de serviços, o Governo despreza diversas premissas sustentadas para a reforma tributária apresentada, especialmente no que tange à alegação de que não haveria alteração na carga tributária global com as modificações que se pretende implementar.

Portanto, embora com pontos positivos, essa primeira fase da proposta de reforma tributária merece reflexões e aprofundados debates, tanto pelas casas legislativas quanto pela sociedade civil, particularmente, para se atribuir uma maior isonomia na tributação do setor de serviços.

Para esse setor específico, poderia se pensar na adoção da mesma alíquota das instituições financeiras, de 5,8%, tendo em vista as peculiaridades de sua atividade, ou mesmo a concessão de créditos presumidos ou crédito direto sobre o custo da mão-de-obra, visto ser este o principal insumo do setor. Enfim, o PL 3887/20 demanda debates e melhorias, ainda mais porque se trata da alteração da legislação tributária que se pretende – e que deverá ser – duradoura.

Mostra-se, portanto, absolutamente necessário que se estabeleça um canal para discussão técnica no Congresso Nacional, com participação ampla da sociedade civil, especialmente quando da junção às outras etapas ainda não divulgadas e do alinhamento com os textos das PEC's 45 e 110 da reforma tributária em tramitação.

(\* ) Sócio do escritório GCBA Advogados Associados, em Campinas (SP), Nicholas Coppi é Mestre em Direito Tributário pela PUC-SP, pós-graduado em Direito Tributário pelo IBET e Professor Universitário.

(\*\*) Eduardo Rehder Galvão é especialista em Direito Tributário pelo IBET e advogado do GCBA Advogados Associados.

|                       |                   |
|-----------------------|-------------------|
| Veículo: Estadão      |                   |
| Data: 08 a 10.08.2020 | Caderno: Economia |



## A simplificação tributária dos combustíveis

Tributar o setor por um IBS monofásico reduzirá o espaço para sonegação e concorrência desleal

Adriano Pires\*, O Estado de S.Paulo

08 de agosto de 2020 | 04h00

O preço dos combustíveis ao consumidor tem alta incidência e complexidade tributária. Por isso, a perspectiva da **reforma tributária** representa uma oportunidade para a racionalização da tributação de combustíveis. Trata-se da possibilidade de eliminar o impacto das atuais incidências tributárias sobre combustíveis por um único tributo. Para tanto, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 45 deve prever um **Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)** com incidência monofásica para os combustíveis, com alíquotas únicas em todo o território nacional, diferenciadas apenas por produto.

A cadeia dos combustíveis no **Brasil** é composta por um número pequeno de refinarias (19), representadas hoje, basicamente, pela **Petrobrás**; um pouco mais de 200 importadores; cerca de 400 usinas produtoras de biocombustíveis; aproximadamente 150 distribuidoras; e mais de 40 mil postos de combustíveis. Do ponto de vista tributário, o que se vê é uma fragmentação cada vez maior de contribuintes, a jusante do refino e importação.

A alta carga tributária, somada às baixas margens em cada etapa da cadeia, torna o segmento naturalmente vulnerável a altos índices de sonegação e evasão fiscal. Da forma como são cobrados hoje, os tributos estimulam a concorrência desleal e fortalecem a figura do devedor contumaz. Segundo estudo da **Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, a dívida ativa total de empresas de combustíveis é estimada em cerca de R\$ 60 bilhões, com uma perda anual estimada de cerca de R\$ 10 bilhões. Tais perdas são decorrentes da estrutura tributária atual, que não aproveita todo o potencial de arrecadação desse importante segmento. Com isso, perde a sociedade, que precisa da arrecadação dos impostos para a efetivação das políticas públicas, e perdem os agentes do setor, que passam a competir com os sonegadores.

A tributação monofásica nos combustíveis já é uma realidade por meio do **PIS/Cofins**. Mas o ICMS tem uma complexidade traduzida em 27 regulamentos em vigor no País. Além disso, a disparidade de alíquotas entre os entes federativos cria tratamento desigual entre os consumidores. Por essa razão, a sistemática do ICMS vem sendo amplamente debatida.

A implementação do IBS monofásico sanaria os problemas causados pela sistemática atual de tributação de combustíveis no Brasil. Para que seja benéfico para o setor, o novo imposto deve substituir o PIS/Cofins e o ICMS, além de consistir num sistema monofásico concentrado no produtor, importador e no produtor de biocombustíveis. Essa concentração está em linha com os interesses dos agentes de arrecadação de combustíveis, notadamente os Estados, a fim de garantir uma receita perene e estável.

O IBS monofásico deveria permitir a adoção de alíquotas diferenciadas por produto (etanol, gasolina e diesel), respeitando as externalidades,

sobretudo as ambientais. O Conselho Nacional de Política Energética incluiu como uma das suas diretrizes para viabilização da venda direta de etanol do produtor ao posto revendedor a isonomia concorrencial e a preservação da arrecadação, o que seria solucionado com o IBS monofásico.

A tributação do setor de combustíveis, por meio de um IBS monofásico, reduzirá drasticamente o espaço para a sonegação e a concorrência desleal, diminuindo o imenso número de pedidos de restituição e ressarcimento de ICMS.

O IBS pode, ainda, ter um sistema de alíquotas fixas, ad rem, a serem aplicadas de acordo com o preço do produto. Esse sistema permitiria a garantia de arrecadação, ao mesmo tempo que se diminui o impacto das variações dos preços das commodities e variações cambiais no preço ao consumidor dos produtos.

A proposta sobre a sistemática monofásica de arrecadação atende aos principais objetivos de segurança jurídica: ampla base tributária, respeito aos direitos dos contribuintes, atendimento à seletividade com base numa matriz energética renovável e convivência com um ambiente regulatório e concorrencial saudável.

É preciso ter em mente que, na sistemática proposta, a arrecadação nacional não somente seria mantida, mas aumentada, sem crescimento da carga tributária dos combustíveis.

|                              |                          |
|------------------------------|--------------------------|
| <b>Veículo: Estadão</b>      |                          |
| <b>Data: 08 a 10.08.2020</b> | <b>Caderno: Economia</b> |



## Reforma gaúcha propõe devolução de imposto a pobre

Proposta acaba com uma série de incentivos fiscais e garante que parte de tributo estadual seja devolvido às famílias de baixa renda

**Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo**

09 de agosto de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - Enquanto o Congresso ainda discute se inclui os impostos estaduais e municipais na proposta de **reforma tributária** enviada pelo governo, o Rio Grande do Sul se antecipou e anunciou uma proposta que acaba com uma série de incentivos fiscais, como os da cesta básica, e garante uma devolução de parte do imposto estadual às famílias de baixa renda.

Se aprovada pela assembleia legislativa do Estado, será a primeira vez que esse mecanismo de devolução será usado no País como instrumento de redução do sistema atual em que os mais pobres pagam proporcionalmente mais imposto do que os mais ricos.

[LEIA TAMBÉM](#)

Simulações feitas pelo governo gaúcho mostraram que 45% das desonerações aplicadas ao consumo beneficiam a parcela dos 20%

mais ricos, o que demonstra que o modelo atual não está servindo para reduzir as desigualdades do sistema tributário.

Em outra frente, a reforma gaúcha reduz a alíquota de **ICMS** (imposto estadual sobre consumo), principalmente de combustíveis, energia e comunicações, e aumenta a tributação sobre propriedade e patrimônio: o **IPVA** (veículos) e **ITCD** (herança e doação).

O governador do Rio Grande do Sul, **Eduardo Leite**, vai protocolar a proposta na assembleia amanhã. Ao **Estadão**, Leite reconheceu que não é fácil politicamente mexer com as isenções, mas disse que está confiante na votação do texto este ano, na esteira da reforma administrativa e privatizações já aprovadas.

Para entrar em vigor em janeiro de 2021, a proposta terá que ser aprovada até o final de setembro devido à exigência da noventena (três meses) para mudanças na cobrança dos tributos. Segundo Leite, a população também vai ganhar com a redução de 30% para 25% da alíquota do ICMS de combustíveis, energia e comunicação, o que inclui pacote de dados e de telefonia. O governador explicou que optou em não propor a prorrogação das alíquotas mais elevadas e buscou uma solução mais ampla. Ele citou, por exemplo, que a queda do ICMS pode reduzir em R\$ 0,30 o preço do litro da gasolina.

Pela proposta de reforma, a devolução será de até 40% do ICMS para as famílias mais pobres, que ganham até três salários mínimos mensais (R\$ 3.1350).

Segundo o secretário de Fazenda, Marco Aurélio Cardoso, está prevista uma devolução de R\$ 450 milhões por ano, inicialmente para famílias com renda de um salário mínimo até chegar a três salários mínimos. O

dinheiro será creditado em um cartão de compras do Banrisul, o banco do Estado.

Segundo ele, o mecanismo será aplicado a partir de um modelo híbrido. Será garantida uma devolução mínima de R\$ 300 para todas as famílias mais pobres que estejam inscritas no cadastro único dos programas sociais do governo federal e mais uma parcela que dependerá do consumo efetivo apurado pelas notas fiscais eletrônicas. “Todas as faixas de renda vão pagar menos ICMS. O que estamos fazendo é tributar menos consumo e mais patrimônio e renda”, disse o secretário.

De acordo com as simulações feitas pelos técnicos e apresentada em estudo publicado no Observatório Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV), essas mudanças vão atenuar a chamada regressividade do ICMS, reduzindo a carga tributária para todas as faixas de renda, mas especialmente para as mais pobres. Um modelo tributário regressivo é aquele em que a população com menos renda paga proporcionalmente mais imposto do que os mais ricos.

A reforma prevê uma simplificação do sistema, com a redução das cinco alíquotas do ICMS (12%, 18%, 20%, 25% e 30%) para duas (17% e 25%). A proposta prevê redução das alíquotas incidentes sobre a maior parte dos produtos, mas também elevação para vinho, refrigerante, aguardente e gás de cozinha (GLP).

As mudanças implicarão queda de aproximadamente R\$ 1 bilhão na receita de ICMS. Para equilibrar essa conta, o governo propõe basicamente três iniciativas: elevação da alíquota de IPVA de 3% para

3,5% (abaixo ainda do praticado em São Paulo, Rio e Minas Gerais), ampliação da base tributável por meio da eliminação da isenção para veículos com mais de 20 anos (que passará para 40 anos) e, a ampliação das alíquotas de ITCD para os patamares máximos praticados por outros Estados, 6% nas doações e 8% na transmissão causa mortis (herança).

|                       |                   |
|-----------------------|-------------------|
| Veículo: Estadão      |                   |
| Data: 08 a 10.08.2020 | Caderno: Economia |



## Guedes concorda em manter ISS nos municípios, diz presidente da Frente Nacional dos Prefeitos

Propostas de reforma tributária que tramitam no Congresso incluem o ISS na unificação de tributos para simplificar e modernizar o sistema; com a mudança, contudo, o imposto deixaria de ser recolhido pelos municípios

Emilly Behnke, O Estado de S.Paulo

07 de agosto de 2020 | 20h12

BRASÍLIA - Depois de reunião com o ministro da **Economia, Paulo Guedes**, prefeitos sinalizaram que o chefe da pasta é favorável à continuidade do **Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)** como competência dos municípios. O presidente da **Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), Jonas Donizette**, afirmou que ministro "deixou bem claro e explícito" sua opinião favorável ao assunto.

"O ministro foi muito claro porque na hipótese de eventualmente o ISS ser fundido com outros tributos o que os prefeitos pedem, óbvio, seria uma compensação federal a essa perda de receita", disse. "E o ministro

foi taxativo: a União não tem como fazer essa compensação", complementou o prefeito de Campinas (SP).

As propostas de reforma tributária que tramitam no Congresso incluem o ISS na unificação de tributos para simplificar e modernizar o sistema. Com a mudança, contudo, o imposto deixaria de ser recolhido pelos municípios.

O vice-presidente da FNP, [Firmino Filho](#), destacou que o ministro compartilha da visão de que o ISS é um "imposto do futuro". Ele pontuou que os prefeitos não podem abrir mão do recolhimento, que tem perspectiva de grande receita futura, em sua visão.

“Sabemos que nas cidades temos cada vez mais economias baseadas em prestação de serviços, que são cada vez mais de maior valor agregado. O imposto do futuro é o ISS”, disse Firmino.

No encontro, Firmino Filho afirmou que os prefeitos deram seu apoio à proposta do governo de unificar PIS e Cofins, com a criação da **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)**. O novo imposto de alíquota de 12% consta na proposta do Executivo enviada ao Congresso em julho. Firmino ressaltou que a ideia do ministério é promover uma reforma gradual começando pelos impostos federais, depois seguindo para estaduais e por último municipais.

"Entendemos que a estratégia do ministério é gradual, é lenta, mas é segura, que é de fazer algo qualificado. Dentro disso, entendemos que a preservação do ISS vai ficar para um outro momento, fica fora da agenda de debate dessas primeiras rodadas”, disse.

## **Educação**

A reforma tributária foi uma das quatro pautas dos prefeitos levadas ao ministro. A FNP também fez pedido relacionado aos gastos com a Educação. Pela Constituição, os municípios devem aplicar ao menos 25% de sua receita resultante de impostos e transferências no desenvolvimento da Educação.

"Por conta da pandemia as aulas ficaram paradas muito tempo e isso vai dificultar o cumprimento dos 25%", explicou Firmino. O prefeito de Teresina (PI) disse que foram apresentadas duas sugestões ao ministro. Uma delas é que fossem considerados como gastos em Educação em 2020, excepcionalmente, os valores empenhados e não necessariamente os efetivamente pagos para a área.

"Outra alternativa é que as contribuições previdenciárias patronais que foram suspensas em 2020 possam contar como gasto em Educação efetivamente porque os municípios não foram desobrigados de pagar essas contribuições, elas apenas foram suspensas." Segundo ele, as duas propostas não trazem prejuízos à área de Educação.

Os prefeitos também pediram apoio para o projeto de lei de socorro ao setor de transporte público, que sofreu quedas de demanda com a pandemia do novo coronavírus. Nesta semana, parlamentares aprovaram a urgência da proposta que direciona auxílio financeiro de R\$ 4 bilhões para empresas dos sistemas de ônibus e metrô em regiões metropolitanas e de municípios com mais de 300 mil habitantes.

"Tivemos por parte do ministro que essa é uma questão prioritária", garantiu.

A FNP também pleiteou na reunião com Guedes a suspensão do pagamento das dívidas com precatórios. "O que defendemos é que

municípios tenham um novo prazo para cumprir esse precatórios de 2020, obviamente precisamos de uma medida legislativa específica para que seja permitido."

|                              |                          |
|------------------------------|--------------------------|
| <b>Veículo: Estadão</b>      |                          |
| <b>Data: 08 a 10.08.2020</b> | <b>Caderno: Economia</b> |



## **Tributária avança, mas interesses do governo viram desafio para aprovação**

**MARCELO DE MORAES**

O Congresso conseguiu reativar a Comissão Especial da Reforma Tributária na semana passada e avança na construção de uma proposta que pode acabar com o que o ministro da Economia, Paulo Guedes, definiu como “manicômio tributário” do Brasil. Mas existem divergências importantes entre o que pensa o governo e o Congresso e que podem se transformar num desafio extra para a aprovação de uma proposta realmente eficaz.

As reclamações vão desde a maneira pela qual o governo decidiu apresentar suas ideias para a discussão – fatiadas em fases -, passam pelas fórmulas usadas para definir o valor das alíquotas dos novos tributos e desembocam na quase ideia fixa de criação de um imposto sobre transações digitais.

Esse desconforto com algumas das posições do governo acabou sendo explicitado, por exemplo, pelo relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que fez alguns questionamentos sobre isso na audiência pública virtual com Guedes, na semana passada. E, no contexto político, é inevitável lembrar que Guedes representa o governo que chancelou o movimento liderado pelo Centrão para retirar Aguinaldo do posto de líder da Maioria para substituí-lo pelo tucano Celso Sabino (PA). Esse clima político talvez explique as primeiras trombadas entre os dois na discussão da reforma.

Uma delas tratou sobre como foram feitos os cálculos dos dois lados para se chegar nas alíquotas que estão sendo propostas. Aguinaldo fez a cobrança logo na sua primeira intervenção.

“Primeiro, do ponto de vista da metodologia das alíquotas, nós temos uma questão que acho que é importante tratar, que é a questão da alíquota, um ponto de que muitos trataram. Eu queria aqui perguntar qual foi a metodologia adotada para se chegar a uma alíquota de 12% para a CBS (*Contribuição sobre Bens e Serviços, nos moldes do Imposto sobre o Valor Agregado, IVA*), já que há uma confusão – e é importante que se explique –, porque muitos empresários levantam a questão de haver um aumento, ao se sair da alíquota de 3,65% que se paga hoje para uma alíquota de 12%. A gente sabe que não é assim, porque na alíquota de 12% você tem um regime de creditamento, de aproveitamento desses créditos, mas alguns apontam que, mesmo fazendo apenas essa junção e a, vamos dizer, transferência desses 3,65% para essa simplificação com aproveitamento de crédito, se chegaria a uma alíquota máxima em torno de 9%. Portanto, há um questionamento em torno disso, entre os 12% e os 9%”, cobrou. Guedes respondeu dizendo que esperava reciprocidade na transparência nos números apresentados pelos parlamentares em outros itens da reforma.

“A primeira é a respeito da metodologia do cálculo de 12%. Nós vamos estar totalmente abertos e, inclusive, achamos importante que haja o mesmo também nas PECs 45 e 110. É importante isso para justamente uniformizarmos. Nós achamos, por exemplo, que o cálculo de 25% que está colocado lá para substituir o ICMS, o ISS e o PIS/Cofins é impróprio. Como a Vanessa (*Vanessa Canado, assessoria especial do Ministério da Economia*) ajudou a redigir aquela PEC, o nosso cálculo, antes até de a Vanessa chegar aqui, era de que essa superposição de impostos poderia dar uma alíquota até acima de 30%, o que é muito ruim. Nós não queremos impostos tão altos”, disse Guedes.

“Então, eu acho que essa uniformização de cálculos vai ser interessante, porque, em muita coisa que está sendo proposta nas outras propostas, em muita coisa que está sendo adiantada lá, eles têm que explicitar também a metodologia de cálculo. Senão, é muito fácil falar: ‘Isso está errado, tem que fazer isso, fazer aquilo...’ Qual é a sua metodologia de cálculo? Então, eu acho decisivo, importantíssimo que todas essas metodologias estejam disponíveis para que todos possam comparar e ver quem está calculando corretamente, quem está calculando inadequadamente... Isso é bom para todos nós. Nós todos vamos simular melhor cada uma das propostas. Então, com relação a essa metodologia, estamos totalmente abertos, vamos tornar transparente para quem quiser olhar. O Tostes (*José Barroso Tostes Neto, secretário Especial da Receita Federal*) vai mostrar como foi calculado. E, se for possível, por algum erro nosso, baixar para 10%, para 9%, para 8%, é o que nós queremos”, disse o ministro.

**Sinfonia da reforma**

Aguinaldo também discordou da decisão do governo de enviar em etapas suas propostas para a reforma, se atendo, agora, à substituição do PIS e Cofins pelo novo CBS.

“Se a gente pensar como sinfonia, e o ministro aqui falou em movimentos, no primeiro movimento, no segundo movimento, no terceiro movimento, eu queria sugerir que, como vamos ter pouco tempo para a apresentação dessa sinfonia, nós pudéssemos avançar numa discussão e que tivéssemos uma única apresentação dessa sinfonia, como um todo, juntando todos esses movimentos para fazer um debate mais amplo. Já que temos aí cerca de dois, três meses para fazer essa discussão, com todos os desafios que ela tem, mas entendendo que a proposta que o governo traz é acoplável àquilo que nós estamos discutindo na PEC 45, que foi apresentada pelo deputado Baleia Rossi, que trata da unificação dos cinco impostos, e na PEC 110”, disse Aguinaldo.

Sub-relator da reforma, o senador Major Olímpio (PSL-SP) endossou a cobrança. “Ministro: não dá para vir picado, para vir esquartejada a proposta do governo. Nós precisamos das simulações de vossas excelências”, insistiu.

E Guedes, mais uma vez, retrucou a cobrança feita pelo relator e pelo sub-relator.

“Eu tenho a impressão de que, se colocarmos tudo de uma vez só, isso dificulta o entendimento. Quando vem uma coisa de cada vez, é como se fossem capítulos de um livro ou como uma sinfonia. Se você tocar os seis movimentos da sinfonia ao mesmo tempo, para usar a imagem do nosso... Eu também sou músico, eu também gosto de música e toco piano, deputado Aguinaldo. Então, se você tocar os seis movimentos ao mesmo tempo, é um barulho. Se você fizer o primeiro movimento, o segundo movimento, o terceiro movimento, todo mundo entende a peça, que vai ser agradável. E vai ser rápido. Agora, nós estamos prontos. Se quiserem, podemos aumentar o barulho. Vamos jogando uma coisa, outra, jogando tudo ao mesmo tempo. Eu acho que não será tão bom, mas podemos falar sobre isso também”, rebateu o ministro.

### **Novo imposto estratégico**

A mais forte das divergências está, sem dúvida, na intenção do governo de propor a criação de um imposto sobre transações digitais, já carimbado como uma nova versão da CPMF. Com um possível alíquota de 0,2% sobre todas as operações eletrônicas, sua base de arrecadação poderá ser de R\$ 120 bilhões anuais, um volume de recursos superior até mesmo se a CPMF fosse recriada nos termos em que existiu.

O governo vê o imposto de forma estratégica. Sua receita servirá para garantir os recursos necessários para bancar o programa Renda Brasil, uma versão turbinada do Bolsa Família. De olho na reeleição em 2022, Jair Bolsonaro constatou o impacto positivo na sua popularidade que o pagamento do auxílio emergencial lhe garantiu entre as camadas mais pobres da população. E percebeu que isso pode compensar, em parte, a perda de apoio entre os eleitores das classes mais altas, insatisfeitos com seu desempenho. Como o auxílio no valor de R\$ 600 tem um impacto de R\$ 50 bilhões a cada mês, Bolsonaro sabe que precisará de uma nova fonte de recursos que banque essa despesa de alto valor político.

Em troca da aprovação do novo imposto, Guedes acena com medidas mais polêmicas, como, por exemplo, reduzir a contribuição das empresas para o FGTS de 8% para 6%. A proposta beneficia empresas, mas reduz um benefício dos trabalhadores. Além de receberem menos para o FGTS, esses trabalhadores ainda passariam a pagar o novo imposto. Outra polêmica é a possível mudança das alíquotas do Imposto de Renda, mas terminando com a dedução de despesas médicas, por exemplo.

Com tantas polêmicas, os parlamentares reclamam que o governo acaba criando muita espuma numa discussão que já é muito complicada sem nenhum desses fatores. O calendário para tentar votar a reforma é muito apertado e com o governo trazendo propostas controvertidas para a mesa de discussões – e ainda fazendo isso de forma faseada -, os parlamentares temem que a votação da reforma acabe correndo risco.

|                              |                          |
|------------------------------|--------------------------|
| <b>Veículo: Estadão</b>      |                          |
| <b>Data: 08 a 10.08.2020</b> | <b>Caderno: Economia</b> |



## **Reforma tributária: é hora de reformar a casa ou derrubá-la e reconstruir?**

**Gustavo Dalla Valle Baptista da Silva\***

10 de agosto de 2020 | 06h00

Quer entender porque precisamos de uma reforma tributária? Ou melhor, entender em que pé de loucura estamos e com isso compreender porque a dita reforma é tão essencial para o ambiente de negócios no Brasil?

Façamos, então, um exercício de imaginação, construindo uma casa, com uma dezena de cômodos, originalmente com tudo planejado. Ao longo dos anos os moradores resolvem que alguns cômodos precisam ser ampliados, outros divididos, muitos deles passam a receber novos móveis, decoração, remendos e recortes. A cada ciclo um novo puxadinho, um novo andar ou uma nova porta.

O banheiro, por exemplo, estava pequeno e resolveu-se ampliá-lo. Dali a pouco trocam-se os encanamentos e novas instalações são feitas, algumas pias, mesmo que apenas uma possa ser utilizada a cada vez,

uma banheira é encaixada, mesmo não havendo espaço no projeto original, empilham-se vasos sanitários, e assim vai.

Pois bem, esse caos é uma boa metáfora para o sistema tributário atual, entulhado de remendos legislativos, interpretações divergentes, decisões administrativas e judiciais tardias, incoerentes e incompatíveis. A manutenção de uma casa como a acima é cara, imagine que o mesmo podemos dizer do esforço para o pagamento dos tributos.

A carga é alta e a desordem a torna ainda mais pesada. A questão de uma reforma não é criar ou eliminar tributo, mas, sim, reorganizar e verdadeiramente reformular o sistema tributário nacional.

Temos que cuidar para não repetir o tal esmero que Vinícius de Moraes e Sergio Bardotti outrora afirmaram: “Era uma casa, muito engraçada; Não tinha teto, não tinha nada; Ninguém podia entrar nela não; Porque na casa não tinha chão; Ninguém podia dormir na rede; Porque na casa não tinha parede; Ninguém podia fazer pipi; Porque pinico não tinha ali; Mas era feita com muito esmero; Na rua dos bobos, número zero” (música “A Casa”).

Então, o que precisa ser feito? Certamente diria um engenheiro se consultado sobre as melhorias necessárias para a casa: “derrube-a, a fundação está comprometida!”.

Vale a pena trazer alguns exemplos do comprometimento dessa fundação para constatar a confusão criada pelos remendos da legislação e pela falta de convergência de um sistema tributário uniforme:

a) Convivemos com três regimes tributários. As empresas podem apurar seus tributos pelo Lucro Real, Lucro Presumido ou Simples. A opção por cada qual altera praticamente a apuração de todos os tributos envolvidos. Veja-se o PIS/COFINS que tem apuração específica para cada um dos três regimes de tributação, mas, espere, dentro de cada regime temos algumas exceções: há empresas no Lucro Real, apurando como quem estaria no Presumido; há produtos isentos, que geram crédito e outros que não geram; há gastos que geram crédito para algumas empresas e não para outras, não pelo gasto em si, mas pelo simples enquadramento na sua atividade-fim; há tributação reduzida, cheia, erada; há tributação concentrada no produtor e esse mesmo produtor lida com produtos de um mesmo grupo, diversamente tributados em razão de sua classificação fiscal.

b) Falando em classificação fiscal, essa sim uma utopia. Um mero detalhe (funcionalidade, composição física ou química, destinação), ou melhor, uma interpretação diferente sobre esse detalhe, pode implicar que determinado produto seja desonerado ou tributado. Há situações que um mesmo bem pode ter três classificações diferentes (pela sua destinação, por exemplo) e isso implicar três cargas tributárias diversas. Natural que o contribuinte queira sempre a classificação mais barata e o fisco a mais cara e seguem-se discussões infundáveis, horas e mais horas, honorários e mais honorários de consultores, drenando dinheiro que deveria ser investido na produção.

c) Falando em gasto de tempo para interpretação, possivelmente a maior fonte de caos seja o ICMS, cuja apuração se baseia em 27 legislações (Estados e DF) mais as regras federais, que, em conjunto, deveriam ser compatibilizadas, mas na maioria das vezes conflitam

entre si. Milhares de benefícios são oferecidos exclusivamente por alguns Estados e tornam ainda mais variada a apuração empresa a empresa. Temos regras diferentes para a venda interestadual a depender do Estado, se a mercadoria é nacional, importada ou nacionalizada, se é destinada ao consumidor final ou à revenda, se proveniente de industrialização ou não, tudo com sua regra específica. E não se esqueçam dos regimes especiais, com mais algumas exceções.

d) Aliás, a apuração dos tributos chamados “indiretos”, vinculados à produção e consumo, não é integrada, mesmo que supostamente sujeita a uma mesma sistemática “não cumulativa” de cálculo. O que dá crédito de PIS/COFINS não necessariamente dá crédito de IPI e ICMS; mas por vezes dá para dois deles; em outras apenas para um ou para os três.

e) Na tributação de serviços, paralelamente, discute-se se algo é mesmo um serviço (sim, gasta-se muito tempo para saber se algo é ou não o que deveria ser!); se o enquadramento de tal serviço está sujeito à alíquota A ou B de ISS; e cada município estabelece se determinado serviço será tributado, qual a alíquota aplicável e qual a base de cálculo, criando verdadeira correria para o local mais vantajoso. Quando o município não exige que o prestador de serviço tenha que lá se cadastrar, mesmo que ali não seja sem domicílio (lembramos que temos mais de cinco mil municípios neste continental país).

f) Mas, então, nos tributos diretos, incidentes sobre a renda a situação é mais amena. Definitivamente, não! Temos inúmeras incoerências na apuração do Imposto de Renda: dezenas de dúvidas se alguma despesa é dedutível ou não é; não se adota a apuração contábil dos resultados, obrigando-se um segundo controle; o prejuízo de um ano não pode ser

integralmente deduzido no ano subsequente, criando a anomalia de reconhecer lucro sem sequer o investimento ter tido seu retorno financeiro alcançado; a depreciação de bens pode ou não ser acelerada; apuram-se dois tributos sobre uma base muito similar (o IR e a CSLL).

g) Isso tudo sem contar as centenas de taxas nos mais diversos cenários – taxa de fiscalização; de funcionamento; de incêndio; de iluminação; distribuição de energia, ampliando a sopa de letrinhas do ambiente fiscal.

Recomeçemos! Não precisamos de remendos, mas, sim, de uma mudança no modelo de tributação. O pacto federativo tributário, com muitos agentes (União, Estados e Municípios) investidos do poder de criar e cobrar o tributo, é fonte inesgotável de divergência.

É hora de cobrar coerência no discurso e centrar esforços em um novo modelo, sem projetos e propostas parciais, em infundáveis etapas.

Não é hora de reformar. É hora de reconstruir. Basta de remendos e sejamos brindados pela simplificação!

# Ricardo Eletro pede recuperação judicial com dívida de R\$ 4 bi

Maior credora é a Geriba Participações, com R\$ 1,3 bi, e os bancos são credores de R\$ 470 milhões

Por **Adriana Mattos** — De São Paulo

10/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





Bianchi, da Ricardo Eletro: “Estamos de cabeça erguida para achar um caminho” — Foto: Claudio Belli-Valor

Com R\$ 4 bilhões em dívidas, a Máquina de Vendas, dona da varejista Ricardo Eletro, pediu na sexta-feira recuperação judicial. Informou o fechamento de todas as suas 320 lojas no país e demissão de 3,4 mil pessoas. O grupo deve passar a operar apenas na venda on-line. Segundo documentos do processo a que o **Valor** teve acesso, são R\$ 3,8 bilhões em créditos sem garantia, sendo que Itaú Unibanco, Santander e Bradesco somam quase R\$ 470 milhões deste montante. A Geriba Participações, que comprou boa parte das dívidas dos bancos, é a maior credora, com R\$ 1,33 bilhão em mãos.

É o maior processo dessa natureza já visto no varejo, desde a nova lei de recuperação judicial, e a décima maior em andamento no país. A empresa informou à Justiça que tem recursos para pagar a dívida trabalhista, de R\$ 156 milhões.

---

## Tempos difíceis

Dados da varejista Máquina de Vendas, dona da Ricardo Eletro

Controladora de comércio

## Controladores da companhia

Pedro Bianchi e Pedro Magalhães, via MV Participações

## Enxugamento da estrutura

### Número de lojas

Como era

**320 lojas**

Como vai ficar

**Não terá lojas físicas -  
vai operar na internet**

### Número de funcionários



### Número de centros de distribuição



Fonte: Máquina de Vendas

**R\$ 4 bilhões**

é o valor total das dívidas da Máquina de Vendas, que entrou com pedido de recuperação judicial na sexta-feira

No processo, a empresa diz que estava num movimento de retomada gradual das vendas desde 2019, mas a pandemia afetou a operação. As vendas caíram mais de 80%, mas o grupo afirma que essa situação é “momentânea”, por isso recorreu ao pedido judicial.

Sexta maior varejista de eletroeletrônicos do país, a empresa havia fechado um plano de renegociação de dívidas, de R\$ 1,5 bilhão com bancos e R\$ 1 bilhão com a indústria, no fim de 2018. “Estávamos conseguindo nos reerguer, vendendo R\$ 100 milhões, R\$ 110 milhões ao mês antes da pandemia, mas ainda era uma situação frágil. Com o fechamento do comércio, perdemos todas as lojas de um dia para o outro. Foi devastador, o fluxo de caixa parou por quase seis meses”, diz Pedro Bianchi, presidente da empresa. “Estamos de cabeça erguida para achar um caminho. Sabemos da responsabilidade com empregados e credores”, disse ele. O escritório Thomaz Bastos, Waisberg, Kurzweil Advogados assessora o grupo.

Após o início do isolamento, com lojas fechadas, a venda caiu para R\$ 20 milhões ao mês - chegou a ter no máximo 90 lojas abertas entre maio e junho (30% do total).

Apenas 10% das vendas da Ricardo Eletro são feitas pelo on-line - nos rivais, essa fatia chega a 50%.

Se a Justiça aceitar o pedido, a companhia terá que apresentar o plano de recuperação em 60 dias a partir do deferimento. Depois disso, precisa aprová-lo em assembleia de credores em 90 dias. O comando já vem contatando bancos e indústrias para explicar a situação e buscar apoio. Isso ocorre menos de dois anos após fechar com credores o acordo extrajudicial.

Na petição enviada à Justiça, o grupo diz que começou a mudar nos últimos meses seu modelo de operação. A Ricardo Eletro vai deixar de operar por meio de lojas físicas e irá concentrar o negócio no comércio eletrônico.

Nas últimas semanas, o grupo fechou todas as suas 320 lojas físicas. Demitiu 3,4 mil funcionários, boa parte deles vendedores, para quem foi aberta a possibilidade de se tornarem consultores, recebendo comissão maior que a anterior por venda fechada pelo site.

Do total de 4,5 mil empregados, devem sobrar 900, sendo 100 no novo escritório e 800 na área de logística. Na nova sede, devem ficar seis pessoas e o restante, em "home office" definitivo. Os salários da presidência e vice-presidência serão cortados em 50%. Segundo Bianchi, os gastos administrativos estão caindo 80% para se adequar a uma operação digital.

"Temos dois mil consultores que eram nossos vendedores, e de pessoas indicadas por eles, cadastrados num novo sistema. A ideia é chegar a 20 mil em 24 meses. Calculamos que eles poderão ganhar 2 a 3 vezes mais nesse modelo porque a comissão sobe", diz Bianchi.

O modelo de operação on-line, sem loja física, reduz despesas, mas perde sem a integração de canais. O varejo brasileiro caminha para unificação total de plataformas (o cliente hoje já compra no site e retira em loja), algo que gera maior vantagem competitiva aos concorrentes da empresa. Além disso, a Máquina de Vendas precisa de um plano com credores que mantenha recebimento de produtos e linhas de crédito bancárias.

“Essa questão comercial, a gente saiu machucado dela na recuperação extrajudicial, mas conseguimos apoio dos fornecedores, que entenderam nossa situação na época. Eles sabem que vínhamos bem neste ano, e estamos buscando novo acordo contando com esse entendimento”, diz Bianchi.

O **Valor** apurou que o fundo gerido pela Starboard Asset, que colocou R\$ 250 milhões na empresa em 2019 (essa dívida vence em 2023) enviou notificação extrajudicial à empresa para comunicar o vencimento antecipado da dívida - a notificação foi motivada por um pedido de execução de uma dívida de R\$ 20 milhões de um fornecedor. o que configura quebra de “covenant” (regra acordada). A Starboard conversa com cotistas do fundo para receber garantias de créditos de impostos da varejista e não executar a dívida.

A questão dos efeitos da crise sobre a empresa já foi teor de despacho do juiz da 1ª Vara Civil, Thiago Limongi, para onde foi encaminhado o pedido de recuperação. Ao analisar um pedido de liminar da própria empresa meses atrás, Limongi disse que não era possível aferir se o cenário atual da rede refletia efeitos da pandemia ou sua incapacidade de seguir com o plano. Na petição encaminhada na sexta-feira, a varejista acabou reforçando os efeitos externos sobre o negócio. Afirma que após março, clientes passaram a solicitar prazos adicionais para pagar faturas.

No ano passado, a empresa faturou R\$ 2,9 bilhões. Antes da crise, a projeção era chegar a R\$ 3 bilhões em 2020.

A Máquina de Vendas é controlada pela MV Participações, que por sua vez é controlada por um fundo de investimento cujos dois cotistas (cada um com 50%) são Bianchi (ex- Starboard) e o diretor financeiro Pedro Magalhães. Pelo acordo de 2018, os bancos credores têm dívidas que podem ser convertidas em ações (equivalem a 10% do capital da holding) em 2023.

Não é a primeira crise que a Máquina de Vendas enfrenta desde que foi fundada, em 2010, pelos empresários Ricardo Nunes e Luiz Carlos Batista, da varejista Insinuante. Em 2012, o grupo era o segundo maior varejista de eletroeletrônico do país, com vendas líquidas de R\$ 9 bilhões e quase mil lojas. Cinco anos depois, em 2015, o comando diz que a recessão afetou a operação, levando-a à recuperação

extrajudicial. Segundo um ex-executivo do grupo, divergências entre sócios afetaram o negócio, que tinha escala, mas sem integração entre as operações.

Ricardo Nunes, fundador da Ricardo Eletro, foi preso em 8 de julho sob acusação de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro. Deixou a prisão no dia seguinte. O caso não envolve a operação da varejista. Bianchi diz que a questão legal do ex-sócio não teve efeito na crise enfrentada pela empresa. "Seria injusto e incorreto fazer qualquer relação entre as coisas. Torcemos para que ele passe por um julgamento justo e saia dessa situação".

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

### LINK PATROCINADO

Empresários de Salvador vendem online usando este app grátis

OLIST

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Segredo Japonês para engrossar cartilagem alivia dor nas juntas

OKINA | SEGREDO JAPONÊS

### LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia

VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Quiropratas confusos: Alongamento de 30 segundos elimina anos de dores nas costas (Assista)

PROGRAMA COLUNA SEM DOR

por **taboola**

---

**Leia em Valor Investe**

VALOR INVESTE

# 'Nova CPMF' deve ser 4º imposto que mais arrecada

Desejo de Guedes só ficaria atrás de IR, Cofins e Previdência Social

Por **Fabio Graner** — De Brasília

10/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



O advogado tributarista Luiz Gustavo Bichara: “É importante que fique claro que é sim uma CPMF, vai atingir todas as transações” — Foto: Leo Pinheiro/Valor

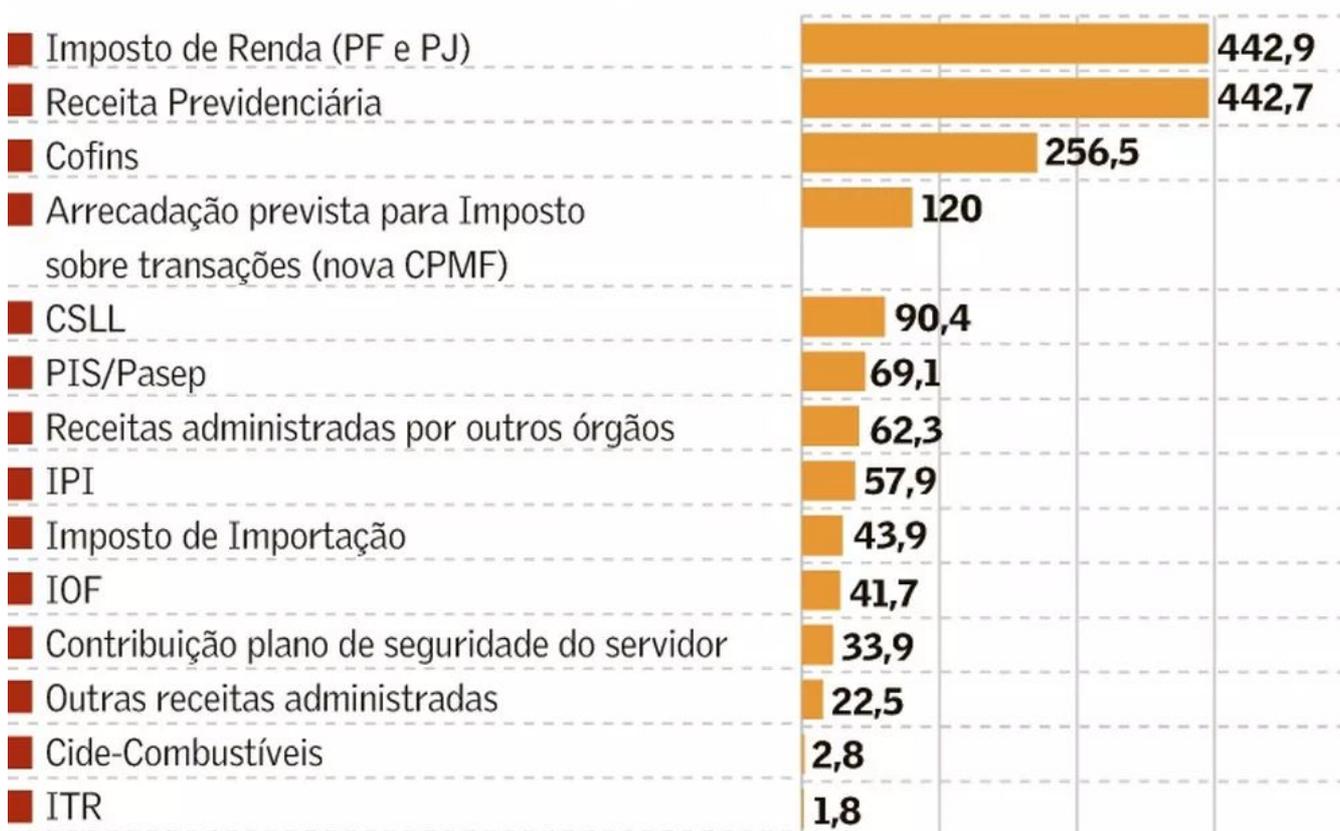
Se for levada adiante e arrecadar os R\$ 120 bilhões ventilados pelo governo, o tributo sobre transações desejado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, seria uma das maiores fontes de receita para a União. Em termos de recursos gerados

para os cofres federais, a nova CPMF digital ficaria atrás do Imposto de Renda, da Cofins e da própria arrecadação previdenciária, a qual pretende substituir pelo menos parcialmente. E teria mais arrecadação que IPI, Imposto de Importação, IOF, PIS/Pasep, CSLL, Cide e da contribuição ao plano de seguridade do servidor.

Cercado de polêmicas antes mesmo de ser enviado ao Congresso, o tributo é o sonho de Guedes para concretizar a ideia de desoneração da folha de pagamentos. O ministro reiterou essa visão na semana passada e tem buscado angariar apoios para fazer a proposta caminhar.

## Maiores arrecadações

Por tributo em 2019 - em R\$ bilhões



Fonte: Receita Federal (Para nova cpmf, a informação é com base em declarações dadas pela equipe econômica)

O professor da Universidade de Brasília Roberto Ellery diz que a nova contribuição será um “grande” tributo, dado que sua alíquota vai incidir diversas vezes. Ele aponta que, dado o montante esperado e o objetivo declarado de aliviar a contribuição patronal à Previdência, claramente não será uma taxa só de operações digitais,

como Guedes deu a entender em suas falas, embora esse universo também seja atingido.

Ellery alerta que a ideia de taxar as operações digitais traz um outro risco. “Quando se taxa uma tecnologia nova, você acaba tirando incentivo para adotar a tecnologia. Tem a questão da alocação de recursos, tema caro ao governo, e aí você pode acabar taxando uma tecnologia nova e gerando uma ineficiência”, afirmou o economista, que chegou a fazer parte do time econômico da campanha de Bolsonaro.

O professor reconhece que há uma taxaçaõ excessiva da força de trabalho no Brasil, mas avalia que o financiamento da Previdência tem que ser cobrado na relação de trabalho. “Não tem sentido taxar quem não vai usufruir o direito”, disse. “O trabalhador formal tem uma série de benefícios que quem vai pegar o benefício da Loas com 65 anos não tem. Esses benefícios têm um custo e é razoável que seja pago por patrão e empregado.”

Para o advogado Luiz Gustavo Bichara, sócio de escritório Bichara Advogados, não tem como não dizer que o tributo sobre transações é uma nova CPMF “nua e crua”. Se o tributo fosse apenas sobre operações eletrônicas, sua arrecadação não chegaria a R\$ 5 bilhões em um ano e não seria possível financiar a desoneração da folha de pagamentos. “É importante que fique claro que é sim uma CPMF, vai atingir todas as transações”, disse.

Para o deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), ex-secretário de Fazenda do Ceará, a arrecadação do tributo sobre transações será ainda maior, na casa dos R\$ 160 bilhões. Para ele, o ministro deveria propor algo deixando de fora operações de até R\$ 5 mil, protegendo os mais pobres e a classe média da mordida desse tributo. “Se tirasse operações de até R\$ 5 mil, 80% da população ficaria de fora e pegaria as movimentações maiores, milionárias”, afirmou.

Uma fonte da área econômica defendeu o tributo sobre transações, destacando que é uma base mais moderna de taxaçaõ e que atinge setores que não existiam no passado. A leitura é que o tributo teria potência com baixo custo, garantindo um financiamento mais adequado para a desoneração da folha salarial.

O interlocutor lembra que a base de salários como fonte de receitas está cada vez mais instável com a informalidade e por isso é preciso uma fonte mais segura para a Previdência, promovendo também um barateamento do trabalho formal.

O Ministério da Economia tem discutido com o Banco Central o alcance e os impactos da medida para o sistema financeiro. Um dos tópicos é sobre como tratar os novos ambientes de transação que têm sido criados e o tratamento para as operações de investimentos, o que afeta inclusive a gestão da dívida pública.

Por causa disso, embora o cenário atual seja de uma alíquota de 0,2% para débitos e crédito, essa alíquota pode acabar tendo alguma alteração para cima ou para baixo, a depender da sua base de incidência.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Novo Essencial é #PoderSer  
NATURA

### LINK PATROCINADO

Segredo Japonês para engrossar cartilagem alivia dor nas juntas  
OKINA | SEGREDO JAPONÊS

### LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Empresários de Salvador vendem online usando este app grátis  
OLIST

### LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente  
DR. RAFAEL FREITAS



Por Sergio Lamucci

É repórter do Valor desde o fim de 2003. Em 2002, ganhou o P... [ver mais](#)

## O teto e as armadilhas das contas públicas

Mexer no teto pode piorar a percepção de risco fiscal, mas uma atitude rígida demais pode paralisar serviços públicos, sem enfrentar a expansão dos gastos obrigatórios

10/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O cenário para as contas públicas em 2021 está marcado por incertezas. Há pressão para mudanças no teto de gastos, o mecanismo que limita o crescimento de despesas não financeiras da União. O movimento vem tanto de fora quanto de dentro do governo, como lembra Ricardo Ribeiro, analista político da MCM Consultores. Para ele, “a flexibilização do teto não é certa, embora a probabilidade seja crescente”.

O desejo de políticos e ministros fora da equipe econômica de destinar mais recursos para obras públicas e para programas sociais alimenta a pressão. Além disso, há também os problemas causados pelo desenho do teto e por uma correção muito baixa do limite de despesas para 2021.

### Pressões para mudar o limite de gastos são crescentes

A situação fiscal é delicada. Com o aumento de despesas para combater os efeitos da pandemia e a perda de receitas devido ao tombo da atividade, a dívida bruta subirá neste ano para a casa de 95% do PIB, tendo partido de 75,8% do PIB em 2019, um nível que já era muito mais elevado do que o da média dos emergentes.

Para grande parte dos especialistas em contas públicas, é preciso começar um processo de ajuste fiscal mais forte já em 2021. Sem isso, argumentam, os juros baixos não vão se sustentar. O risco país pode subir, o câmbio pode se desvalorizar muito e os juros futuros podem aumentar, tornando inviável manter baixa a Selic. Cumprir o teto seria decisivo para reforçar o compromisso fiscal.

No meio político, porém, crescem as pressões pela flexibilização. Em entrevista para “O Globo”, o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, defendeu mais investimentos em infraestrutura básica, principalmente no Norte e no Nordeste. Para Ribeiro, da MCM, “levar água, saneamento e moradia ao Nordeste e engordar o Bolsa Família, transformando-o no Renda Brasil, são argumentos poderosos a favor dos apelos” destinados ao ministro da Economia, Paulo Guedes, por Marinho e pelo senador Flavio Bolsonaro - em entrevista a “O Globo”, o filho do presidente disse “Paulo Guedes vai ter que dar um jeito de arrumar mais um dinheirinho para a gente dar continuidade a essas ações [obras paradas] que têm impacto social e na infraestrutura”.

Para Ribeiro, “a pressão pelo ‘dinheirinho’ adicional é crescente e tende a ficar mais volumosa quando, ao fim de agosto, o projeto de lei orçamentária da União for enviado ao Congresso”. O envio da proposta “provocará, muito provavelmente, uma chiadeira generalizada no Congresso e dentro do governo, pois o aperto orçamentário de 2021 ficará escancarado”, diz ele. “Há evidente apoio político à ideia, dentro e fora do governo. E se Jair Bolsonaro fosse totalmente avesso à ideia já teria enquadrado Rogério Marinho”, escreve Ribeiro, observando, porém, que “Paulo Guedes, Rodrigo Maia [o presidente da Câmara dos Deputados] e o receio da reação negativa do mercado ainda são barreiras poderosas à flexibilização”.

A pressão, como se vê, não é pequena. Além disso, problemas do teto colaboram para o questionamento do mecanismo. A regra tem méritos, tendo sido fundamental para melhorar as expectativas quanto à trajetória das contas públicas de longo prazo. Ele permitiu um ajuste gradual, sem que fosse necessário uma consolidação fiscal abrupta. Mas o teto também tem defeitos. O principal problema fiscal do país é a rigidez do Orçamento, marcado pelo crescimento contínuo de despesas obrigatórias, como aposentadorias e gastos de pessoal. O governo tem liberdade para manejar menos de 10% dos gastos. A reforma da Previdência reduz o

ritmo de expansão dos gastos com aposentadorias, mas não o interrompe. Também é crucial enfrentar a elevação das despesas de pessoal.

Na emenda do teto, estão previstos gatilhos a serem acionados em caso de descumprimento do mecanismo, com medidas que impedem reajuste dos salários dos servidores e restringem a criação de cargos, por exemplo. A questão é que, por um erro de redação, não se consegue acioná-los. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) não pode conter despesas que ultrapassem os limites do teto, como lembra Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI). Os gatilhos não podem entrar em vigor pelo envio de um projeto que preveja o estouro do teto, ainda que isso leve à elaboração de um orçamento irrealista, com um corte muito expressivo de despesas discricionárias (como custeio da máquina e investimentos).

Para 2021, o teto aumentará apenas 2,13%, porque essa foi a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) nos 12 meses até junho de 2020. Para cumpri-lo, será necessário espremer mais os gastos discricionários. O problema é que essas despesas poderão ficar abaixo do limite que compromete o funcionamento da máquina pública, estimado em R\$ 89,9 bilhões pela IFI. Com isso, pode haver uma paralisação de atividades do setor público, além de um corte ainda mais drástico dos investimentos, sem a adoção de medidas verdadeiramente necessárias para controlar a expansão de despesas obrigatórias, como os gastos com pessoal.

Para Salto, é preciso encontrar uma saída para descumprir o teto e fazer com que os gatilhos sejam acionados, preservando a regra. Há dois anos, o governo Michel Temer, em conversas com o Tribunal de Contas da União (TCU), chegou a uma saída para o descumprimento da “regra de ouro”, que impede a emissão de dívida para pagar despesas correntes. “Esse precedente permite imaginar uma saída similar para o teto que possibilite não jogar no lixo os gatilhos ali previstos”, diz ele. Salto estima que acionar os gatilhos previstos na emenda do teto garantiria um ajuste de algo como 0,5 ponto percentual do PIB em dois anos, “dando tempo e fôlego para o Executivo e o Congresso encontrarem uma solução definitiva”. Para ele, “o essencial é ter claro que o problema do crescimento da despesa continua posto e precisará ser sanado”.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial do governo contempla o disparo dos gatilhos no caso de descumprimento da “regra de ouro”, mas a aprovação demandaria tempo e capital político, num momento em que as discussões tendem a se concentrar na reforma tributária.

Mexer no teto pode piorar a percepção de risco fiscal, colocando em xeque os juros baixos. Uma atitude rígida demais, porém, pode paralisar serviços públicos essenciais e jogar o investimento para níveis ainda mais baixos, sem que o crescimento das despesas obrigatórias seja de fato enfrentado. Escapar dessas armadilhas será crucial para garantir a sustentabilidade fiscal e permitir a recuperação da atividade, num país que registra desde 2014 um desempenho econômico horrível.

**Sergio Lamucci é editor de Brasil e escreve quinzenalmente**

**E-mail: [sergio.lamucci@valor.com.br](mailto:sergio.lamucci@valor.com.br)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Novo Essencial é #PoderSer  
NATURA

### LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Empresários de Salvador vendem online usando este app grátis  
OLIST

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Pacotes com 25, 50, 75 ou 100 máscaras. Preço de atacado  
HAYLO MÁSCARAS

### LINK PATROCINADO

## Dados de julho apontam retomada mais rápida

Números preliminares sinalizam reação mais forte em indústria e comércio, mas incerteza persiste

Por Anaïs Fernandes — De São Paulo

10/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---



Os primeiros indicadores de atividade para julho sinalizam que a recuperação no terceiro trimestre, após o fundo do poço esperado para abril a junho, pode ser mais rápida do que o previsto inicialmente, ao menos no curto prazo. Para a segunda metade do ano como um todo, porém, as incertezas são grandes, sobretudo no que diz respeito à dinâmica da pandemia, à reação dos serviços, ao fim de programas do governo e a perspectivas fiscais.

Eduardo Yuki, economista-chefe da Panamby Capital, traça um “percurso” de indicadores mais positivos para o início do terceiro trimestre, da demanda à oferta. Desde meados de abril, ele diz, índices de isolamento social vêm diminuindo. “A dúvida é se as pessoas saem de casa para dar uma volta no quarteirão ou para retomar algum consumo ou atividade produtiva.”

## Sinais positivos

Indicadores antecedentes de julho apontam retomada no 3º trimestre

### Variação jul/20 x jun/20 (exceto Cielo)

|   |   |
|---|---|
| Produção de automóveis e comerciais leves                       | 61%                                     |
| Licenciamento de automóveis e comerciais leves                  | 26%                                     |
| Índice GSI Brasil de Atividade Industrial                       | 37,7%                                   |
| Consultas ao SPC SP   | 27%                                     |
| Carga de energia (ONS)  | 4%                                      |
| Índice Cielo do Varejo Ampliado                                 | -12,6% entre 26.jul a 1.ago, ante 1.mar |
| PMI industrial  | +6 pontos, para 58,2                    |
| PMI serviços  | +6,6 pontos, para 42,5                  |
| Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) na indústria | + 5,7 p.p., para 72,3%                  |

### Índices de confiança e incerteza

|            |                         |
|------------|-------------------------|
| Indústria  | +12,2 pontos, para 89,8 |
| Comércio   | +1,7 pontos, para 86,1  |
| Construção | +6,6 pontos, para 83,7  |

|                                    |                         |
|------------------------------------|-------------------------|
| Serviços                           | +7,3 pontos, para 79    |
| Consumidor                         | +7,7 pontos, para 78,8  |
| Indicador de Incerteza da Economia | -9,9 pontos, para 163,7 |

Fontes: LCA Consultores, Ibre/FGV, IHS Markit, Cielo e Associação Brasileira de Automação-GSI Brasil

---

O indicador semanal da Cielo para faturamento das vendas no varejo, que chegou a tombar 52% na quarta semana de março, ante o momento pré-pandemia (fevereiro), caía 13% na última semana de julho. “É um pouco mais de consumo voltando”, diz Yuki. Economistas citam ainda, para “medir” o comércio, a venda de veículos, pelos dados da associação dos concessionários, que subiu 26% ante junho, segundo ajuste sazonal da LCA Consultores.

Em outra frente, diz Yuki, levantamento do Google para o Brasil aponta um retorno da locomoção ao trabalho - está 1% abaixo da média anterior a março. “Quem trabalha liga computador, ar-condicionado, e os dados diários da carga de energia do ONS [Operador Nacional do Sistema Elétrico] mostram o consumo no início de agosto já em nível similar ao do mesmo período do ano passado”, afirma.

Segmento de peso na indústria, a produção de automóveis e comerciais leves também cresceu 61% de junho para julho, segundo ajuste da LCA para os dados da associação de montadoras (Anfavea). Mais interessante, dizem economistas, é observar a redução nos estoques, de 27 dias de vendas em junho (157,6 mil unidades) para 24 dias em julho (138,3 mil unidades), de acordo Fernando Montero, economista-chefe da Tullett Prebon. “Isso significa que, lá na frente, empresas terão de voltar a produzir mais. Esse estoque baixo - e não só no setor automotivo, temos métricas proprietárias para mensurar o nível no Brasil - ajuda a sustentar a necessidade de produção nos próximos meses”, diz Yuki.

Ele menciona ainda o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria, calculado pela Fundação Getulio Vargas, que avançou 5,7 pontos percentuais em julho, para 72,3%. “O Nuci voltou 80% do que caiu. De fato, as empresas estão usando mais máquinas e fatores de produção”, diz.

O Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) da indústria no Brasil atingiu o nível recorde de 58,2 em julho, enquanto o PMI de serviços até subiu para 42,5, ante 35,9 em junho, mas ainda está abaixo de 50, indicando retração da atividade. Com a aparente melhora no consumo e na produção, a última constatação é que “o produto tem de circular”, brinca Yuki. No grupo CCR, o tráfego de veículos comerciais cresceu 6,1% em julho, ante 2019.

Se a atividade em julho começa bem, já garante a possibilidade de um terceiro trimestre “bem legal” para o Produto Interno Bruto (PIB), diz Marcela Rocha, economista-chefe da Claritas Investimentos. Ela projeta alta de 6,8% ante o segundo trimestre. “Estou confortável, mas esses primeiros ‘cheiros’ dizem que pode ser uma alta um pouco mais forte. Não é um crescimento só por carrego estatístico, mas sim dos setores ganhando força”, afirma.

O indicador diário de atividade construído pelo Itaú Unibanco atingiu 86 pontos na média móvel de sete dias até 2 de agosto, crescendo gradualmente desde o patamar de 66 pontos de abril, segundo Luka Barbosa, economista do banco. A base 100 é a primeira quinzena de março. A percepção de recuperação, diz Barbosa, é geral e esperada mesmo para os serviços - único grande setor que ainda não trouxe resultado positivo nos dados oficiais do IBGE -, mas parece mais rápida na indústria. “Até agora, está em ‘V’, mas não sabemos se vai completar”, afirma.

Nos serviços prestados às famílias, o retorno deve ser mais lento, diz Barbosa, a depender da desaceleração nos números da pandemia, da redução das medidas de restrição e também da confiança da população. “Em julho, esse segmento não parece ter melhorado tanto em relação a junho. A grande dúvida é se ele começa a se recuperar em agosto.”

O Itaú projeta alta de 8,5% para o PIB do terceiro trimestre e de 1,9% nos três meses seguintes. A perspectiva de retomada em dois tempos, primeiro em um “V” incompleto e, depois, mais gradual, também faz parte do cenário da Tendências Consultoria. “Talvez esse primeiro momento tenha sido relativamente mais rápido em intensidade”, reconhece o economista Thiago Xavier. Isso não altera, segundo ele, a perspectiva de uma segunda metade do ano com “limitadores”. Os meses de agosto e setembro serão importantes exatamente para medir o quanto a retomada

depende dos estímulos fiscais e ajudar a projetar a “velocidade normal” do quarto trimestre, diz Marcela, da Claritas.

A possibilidade de o auxílio emergencial ser estendido até dezembro, com valor menor, foi incorporada pela Panamby, que prevê altas de 6,5% no PIB do terceiro trimestre e de cerca de 3% no quarto, fechando 2020 com queda de 4%. Yuki vê “riscos altistas” para o segundo semestre na aparente poupança precaucional das famílias, que poderia sustentar consumo, e na política monetária, pela enorme injeção de liquidez e pelos efeitos defasados do corte de juros na economia real.

O fator negativo, segundo ele, seria uma percepção de deterioração das contas públicas e, por isso, é importante garantir o teto de gastos sem “malabarismos”. Para Vitor Vidal, economista da XP, o maior risco à frente é “a questão sanitária tirando a confiança de todo mundo”.

Aloisio Campelo Jr., superintendente de Estatísticas Públicas do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), nota que a velocidade de recuperação das confianças está, em geral, mais parecida com a da crise de 2008/2009 - mesmo que a situação fiscal do país agora seja pior - do que com a registrada na recessão de 2014/2016, muito lenta. “Os índices avançaram primeiro nas expectativas, na ideia de que ‘pior do que está não fica’. A percepção da situação atual começa a melhorar, mas lentamente. Enquanto houver incertezas tão grandes, é possível que a trajetória vá ‘aos trancos e barrancos’”, diz.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Novo Essencial é #PoderSer  
NATURA

### LINK PATROCINADO

Compre o seu caminhão e pague só em 2021  
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

### LINK PATROCINADO

Salvador seu filho não precisa andar com dinheiro no bolso  
BANCO INTER

## Aumentar e financiar rede de benefícios é prioritário, defende professor da FGV

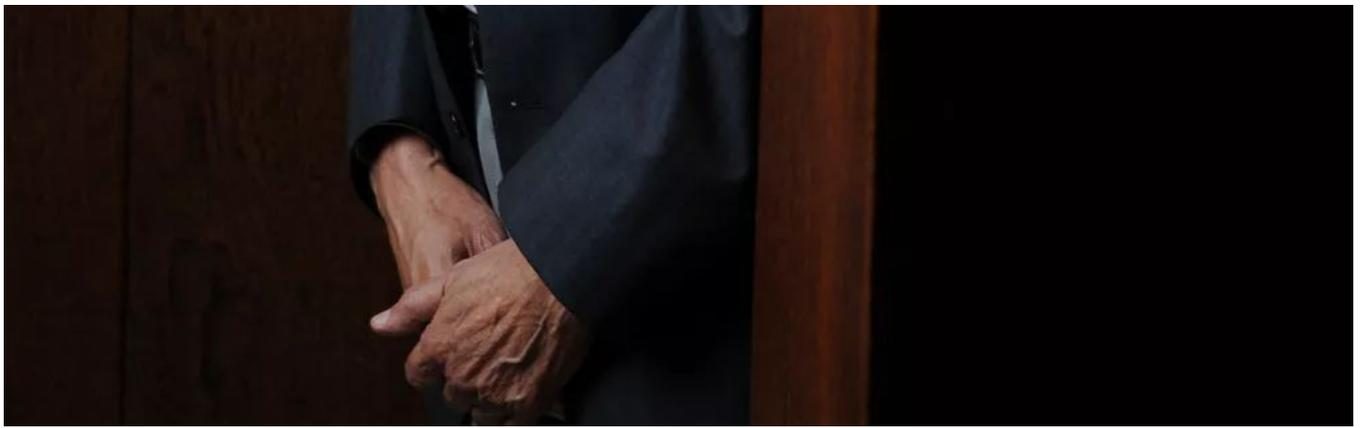
Para Fernando Rezende, tributação sobre transações financeiras pode ser uma solução

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

10/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---





Rezende: “É preciso discutir sem preconceitos a nova base tributária, menos suscetível à sonegação e a flutuações cíclicas” — Foto: Claudio Belli/Valor

Um aumento da rede de benefícios para fazer frente ao aumento das disparidades sociais no cenário pós-pandemia e como financiar isso são questões prioritária, afirma o professor da Fundação Getulio Vargas (FGV-RJ) Fernando Rezende. Para ele, a tributação sobre transações financeiras pode ser uma solução para isso.

“É preciso discutir sem preconceitos essa nova base tributária, que é menos suscetível à sonegação e a flutuações cíclicas da economia”, diz. Para ele, uma nova cobrança nesse sentido pode financiar parte da desoneração de folha. Essa, diz, é hoje uma discussão mais prioritária do que a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

A folha de salários como base tributária, diz ele, está sendo fortemente erodida por causa das mudanças do mundo do trabalho. Ao mesmo tempo que a demanda pela proteção social tende a ser buscada também por aqueles que tendem a não conseguir lugar no mercado de trabalho por falta de qualificação.

Maior tributação no Imposto de Renda, avalia ele, não seria solução. “A carga já é alta demais na pessoa jurídica. Na pessoa física não é das mais suaves e pode dificultar a retenção de mão de obra mais qualificada no Brasil.” Tributar dividendos, diz ele, afastaria investidores do país.

Rezende defende que é preciso discutir a tributação hoje com uma “moderna abordagem da progressividade”. “Não basta olhar para um lado do problema. A justiça social depende de como o Estado se financia e para onde vão os benefícios

da ação do Estado.” Ou seja, é preciso levar em conta se os recursos são destinados para reduzir a desigualdade, o que neutralizaria a discussão da regressividade na tributação.

“Eu defendo uma reforma ampla, baseada num estratégia que liga quais são os problemas e prioridades ao caminho a ser percorrido”, diz ele. O economista não apresenta propostas alternativas, mas diz que o que está sendo discutido em termos de IVA no Senado e na Câmara dos Deputados não considera as mudanças da nova economia. “Não dá para pensar em fazer um IVA no figurino tradicional da economia industrial.”

A proposta do governo federal, que reúne o PIS e a Cofins na Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), também não entusiasma Rezende. “O PIS e a Cofins são na verdade um tributo, apenas com dois regimes diferentes: o cumulativo e o não cumulativo. Vai afetar a carga tributária setorial e pode até aumentar a complexidade.”

Para Rezende, é preciso examinar o que está acontecendo nos novos modelos de negócio, nos quais os processos de produção, circulação e consumo não têm lugar determinado. “No caso do IVA, como vamos aferir onde o consumo ocorreu numa federação como a brasileira? Não é verdade que não haverá problemas para implantar o princípio de destino. Para tentar esclarecer a interpretação sobre as regras de destino, a União Europeia publicou um regulamento com mais de 90 páginas.”

“Os velhos paradigmas que se fortaleceram durante economia industrial no século XX precisam ser questionados no século XXI”, diz. Além da regressividade, também a cumulatividade, aponta. Rezende diz que isso era um conceito importante quando as cadeias produtivas eram lineares, com agregação de valor a cada etapa, afirma, usando como comparação um linha de trem e suas estações.

Nas chamadas redes globais de geração de valor, as novas tecnologias permitiram que a atividade produtiva seja distribuída pelo mundo, com processos de transformação totalmente novo. Hoje, diz ele, é como se houvesse uma “roda viva que não está fisicamente instalada em um território. Ela gira, não se sabe onde começou a girar e onde terminou”. O valor, diz, está no início da cadeia, em quem

concebeu no software que originará o projeto de engenharia, o design. “Se o valor está no início da cadeia, o conceito de cumulatividade deixa de ser relevante”, argumenta.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Novo Essencial é #PoderSer  
NATURA

### LINK PATROCINADO

Segredo Japonês para engrossar cartilagem alivia dor nas juntas  
OKINA | SEGREDO JAPONÊS

### LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Empresários de Salvador vendem online usando este app grátis  
OLIST

### LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente  
DR. RAFAEL FREITAS

por **taboola**

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Maia critica ‘nova CPMF’, cobra reforma administrativa e responde Dilma sobre impeachment

### VALOR INVESTE

Ações da Cemig seguem baratas sem considerar potenciais ganhos de eficiência, diz Goldman Sachs

### VALOR INVESTE